

1 ATA DA 34ª REUNIÃO
2 ORDINÁRIA, REALIZADA NO
3 DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020,
4 PRESIDIDA PELA SRA. FABIANA
5 CAMPOS E SECRETARIADA
6 PELO SR. JOÃO BATISTA
7 CAMPOS - SECRETÁRIO
8 EXECUTIVO.

9 O Sr. Secretário Executivo:- Vamos iniciar com os avisos, as preliminares, as
10 falas de abertura. Primeiramente muito obrigado pela presença de todos nessa
11 importante 34ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. E eu vou
12 falar rapidamente para vocês, mas é muito importante essas questões preliminares para
13 que a gente tenha uma reunião registrada, bem certinha, bem organizada, com filmagem
14 e gravação, que depois vai ser feita a degravação, a nossa ata física. Essa chamada e
15 essa gravação vão ficar registradas e vão ser disponibilizadas no nosso site da Sedest,
16 do CERH, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para todos que quiserem olhar,
17 rever, enfim, fazer o uso dessas informações.

18 Então, o que é importante? É importante que cada um que for usar a palavra,
19 apresente-se e fale o nome e o nome da instituição. Então, diga o nome e o nome da
20 instituição e depois continua a sua fala. Ok?

21 O que nós vamos fazer agora, então? Uma chamada nominal para o registro. A
22 Lari vai fazer esse encaminhamento dessa chamada dos Conselheiros, da presença, para
23 a gente já ir conseguindo esse quórum de uma forma mais efetiva. Está bom?

24 Então passo a palavra para a Lari fazer essa chamada e, tendo quórum, iniciamos
25 a reunião. Ok?

26 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Boa tarde a todos e todas. Meu nome é Larisseane,
27 acredito que todos me conhecem. Então, conforme João disse, quando eu chamar, por
28 favor, confirme seu nome completo e a instituição que está representando.

29 Pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, a Sra. Fabiana
30 Campos.

31 A Sra. Fabiana Campos:- Boa tarde. Presente.

32 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pela Secretaria de Estado da Saúde, Ivana Lúcia
33 Belmonte.

34 A Sra. Ivana Lúcia Belmonte:- Ivana Belmonte. Presente.

35 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pela Secretaria de Estado da Agricultura e do
36 Abastecimento, Antônio Ricardo Lorezon.

37 O Sr. Antônio Ricardo Lorezon:- Presente.

38 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras
39 Públicas, Maria Inês Berberck ou Virgínia Tereza Malini. (Pausa). Pela Secretaria de
40 Estado da Educação e do Esporte, Rosilaine Terezinha Durigan Mortela.

41 A Sra. Rosilaine Terezinha Durigan Mortela:- Boa tarde. Presente.

42 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e
43 Logística, Rodrigo Luiz Freitag ou Jeferson Pereira Bem. Tenho a impressão que tinha
44 visto o Jeferson.

45 O Sr. Jeferson Pereira Bem:- Boa tarde. Presente.

46 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Obrigada. Pela Secretaria da Fazenda, Juliano
47 Antônio Rodrigues Padilha ou Raphael Gomes Brasil. (Pausa). Pela Secretaria de
48 Planejamento e Projetos Estruturantes, Milton de Almeida Barbosa ou Nestor
49 Bragagnolo. (Pausa). Acredito que eu vi o Milton. (Pausa). Pela Paraná Turismo, João
50 Jacob Mehl ou Isabella Tioqueta.

51 A Sra. Isabella Tioqueta:- Isabella Tioqueta. Presente.

52 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pela Casa Civil.

53 O Sr. Secretário Executivo:- Só registrando que o Milton deu ok. Está presente.
54 Acho que ele está sem áudio. Ok?

55 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Ok. Obrigada. Pela Casa Civil, Felipe Fressak ou
56 Eduardo Vinícius Magalhães Pinto. (Pausa). Pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAT,
57 Everton Luiz Costa Souza.

58 O Sr. Everton Luiz Costa Souza:- Presente, Lari.

59 A Sra. Larisseane Ribeiro:- E Ivonete Coelho da Silva Chaves.

60 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves:- Presente.

61 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pelo Instituto das Águas do Paraná, José Luiz
62 Scroccaro. (Pausa). Acredito que talvez tenha travado, mas estou vendo ele ali. Pelo
63 Instituto de Terras, Cartografia e Geologia, Mozarte de Quadro Júnior ou Danielle Prim.

64 A Sra. Danielle Prim:- Presente.

65 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pela Procuradoria Geral do Estado, Paulo Roberto
66 Glaser ou Antônio Sérgio Bione Pinheiro. (Pausa). Pela Companhia de Habitação do
67 Paraná, Rodrigo Felipe Rocha ou Jocely Maria Thomazoni Loyola. (Pausa). Pela
68 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, Raphael Rolim de Moura ou Dmitri
69 Arnauld Pereira da Silva. (Pausa). Pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e
70 Extensão Rural, Benno Henrique Weigert Doetzer.

71 O Sr. Benno Henrique Weigert Doetzer:- Benno, presente.

72 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Obrigada. Pela Assembleia Legislativa do Estado do
73 Paraná, Deputado Tião Medeiros ou algum representante? Deputado Goura? Deputado
74 Paulo Litro? Deputado Evandro Araújo? (Pausa). Pela Prefeitura Municipal de São
75 Manoel do Paraná, Agnaldo Trevisan. (Pausa). Pela Prefeitura Municipal de Rebouças,
76 Luiz Everaldo Zak. (Pausa). Pela Prefeitura de Balsa Nova, Luís Cláudio Costa. (Pausa).
77 Pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Rafaela da Silva Limons da Cunha.

78 A Sra. Rafaela da Silva Limons da Cunha:- Presente.

79 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Algum representante da Universidade Estadual do
80 Centro-Oeste? (Pausa). Pela Universidade Estadual do Paraná, Lutécia Hiera da Cruz
81 ou Alcemar Rodrigues Martelo. (Pausa). Pela Universidade Federal do Paraná, Irani dos
82 Santos ou Gustavo Barbosa Athayde. (Pausa). Pela Associação Brasileira de Engenharia
83 Sanitária e Ambiental - ABES, Pedro Luís Prado Franco.

84 O Sr. Pedro Luís Prado Franco:- Pedro Luís Franco, da Abes, presente.

85 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas,
86 Herman Vargas Silva. (Pausa). Pela Arayara, Juliano Bueno de Araújo.

87 O Sr. Juliano Bueno de Araújo:- Presente.

88 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pela Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e
89 Educação Ambiental - SPVS, André Dias ou Camila Maia.

90 A Sra. Camila Maia:- Camila Maia, presente.

91 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pelo CEDEA, algum representante? (Pausa). Pela
92 Associação Planeta D'O, algum representante? (Pausa). Pela Companhia de
93 Saneamento do Paraná - Sanepar, Júlio César Gonchoroski ou Fernando Mauro
94 Nascimento Guedes.

95 O Sr. Júlio César Gonchoroski:- Júlio, presente.

96 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Obrigada. Pela Paranaguá Saneamento, João Roberto
97 Rocha Moraes ou Lucas Tadeu Bergamim Arrosti. (Pausa). Pela Companhia Paranaense
98 de Energia - Copel, Robson Luiz Schiefler da Silva.

99 O Sr. Robson Luiz Schiefler da Silva:- Robson, presente. Boa tarde a todos.

100 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Boa tarde. Pela Engie - Brasil Energia, José Lourival
101 Magri ou Marcelo Schultz. (Pausa). Pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná,
102 Marcos Pupo Thiessen ou Paulo Henrique Quitiliano Moura. (Pausa). Pela Prefeitura
103 Municipal de Curitiba, algum representante? (Pausa). Pelo Sindicato e Organização das
104 Cooperativas do Estado Paraná - Ocepar, Moisés Knaut Tokarski.

105 O Sr. Moisés Knaut Tokarski:- Moisés, presente.

106 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Obrigada. Pela Federação da Agricultura do Estado
107 do Paraná - FAEP, Carla Beck.

108 A Sra. Carla Beck:- Carla Beck, presente.

109 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Pelo Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes
110 do Alto Ribeira, Michel Ribas Galvão. (Pausa). Pelo Comitê da Bacia do Jordão, Oscar
111 Bicca Mespague. (Pausa). Pelo Comitê da Bacia do Tibagi, Andreia Aparecida de
112 Oliveira.

113 A Sra. Andreia Aparecida de Oliveira:- Andreia, presente.

114 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Obrigada. Pelo Comitê do Piraponema, Maurício
115 Aparecido da Silva. (Pausa). Tem algum representante de alguma instituição que não
116 foi chamado?

117 O Sr. Eloir:- Larisseane, Eloir da Comec. Entrei agora na reunião. Não sei se
118 você chegou a chamar algum representante daqui.

119 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Obrigada, a gente já vai registrar.

120 O Sr. Eloir:- Ok. Obrigado.

121 A Sra. Larisseane Ribeiro:- Temos quórum de vinte e um Conselheiros.

122 A Sra. Presidente:- Perfeito.

123 O Sr. Secretário Executivo:- Temos o quórum, agradecemos mais uma vez a
124 participação de todos para essa importante reunião. E já passo, de imediato, a palavra
125 para nossa coordenadora, para a nossa Presidente dessa reunião, Fabiana Campos, para
126 encaminhar a nossa 34ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
127 É com você, Fabiana.

128 A Sra. Presidente:- Boa tarde a todas e todos. Sejam todas e todos muito bem-
129 vindos, muito bem-vindas a esta 34ª reunião do Conselho Estadual de Recursos
130 Hídricos.

131 Eu começo, em nome do Secretário Márcio Nunes, trazendo as boas-vindas e
132 justificando a ausência dele. Estava separada essa data para esse encontro, mas o
133 Governador o convocou para ir até Bandeirantes. Hoje é dia de São Miguel Arcanjo e
134 lá em Bandeirantes a gente tem o maior santuário dedicado a São Miguel Arcanjo, um
135 grupo de empresários está fazendo hoje o lançamento, ao lado do Santuário São Miguel.
136 Eles vão fazer um empreendimento pautado no turismo religioso, que vai movimentar,
137 é um investimento significativo nos próximos três anos. Então vai ser um resort que vai
138 ser instalado na cidade de Bandeirantes e o lançamento da pedra fundamental era hoje.
139 O Secretário Márcio Nunes foi junto com o Governador para esse lançamento. Então
140 pedimos desculpa do não comparecimento dele nessa reunião.

141 A ata da reunião anterior foi enviada a todos os Conselheiros e Conselheiras.
142 Gostaria de saber se alguém tem alguma questão para ser levantada relativa à ata da
143 última reunião. (Pausa). (Não). Então, colocamos em discussão, se não tiver nenhuma
144 questão a ser pontuada, eu coloco em votação. Os favoráveis permaneçam como estão.
145 (Pausa). APROVADA a Ata da reunião anterior. Eu devolvo a palavra ao João Batista
146 para que ele possa fazer a leitura do expediente da pauta proposta.

147 O Sr. Secretário Executivo:- Ok. Caiu o meu sistema aqui, Fabiana. Está aqui a
148 pauta colocada para vocês, o visual. Teremos como ordem do dia a discussão e votação
149 de duas resoluções *ad referendum*, que foi necessária para dar cumprimento a prazos
150 dentro de nosso sistema de prestação de contas para a ANA, enfim, para os nossos
151 convênios. Vamos ter a Resolução n.º 005 *ad referendum*, que é o Formulário de
152 Autodeclaração dos Investimentos em 2019 do Progestão; a Resolução 006/20 -

153 Formulário de Avaliação das Metas 2019; Resolução n.º 007/2020 - Plano de
154 Capacitação; a Resolução n.º 008/2020 - Planilha de Aplicação dos Recursos do
155 Progestão de 2019; o Procomitês, que é o Relatório Anual de Certificação 2019; e
156 Minuta de Resolução de aprovação do modelo ANA; e a proposta de Resolução que vai
157 substituir a Resolução da Sema, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, e vai virar
158 uma resolução do Conselho Estadual de Recurso Hídricos, se assim vocês decidirem; a
159 resolução que estabelece diretrizes e critérios gerais para a definição de áreas críticas
160 quanto ao uso de águas superficiais e subterrâneas do domínio do Estado do Paraná.

161 Essa é pauta da ordem do dia.

162 Nós temos que deliberar, Presidente, duas atas que estão pendentes uma da
163 reunião pré-anterior e a ata da 33ª reunião ordinária. Temos que colocar em discussão e
164 em votação. Devolvo a palavra a você e enquanto isso, pelo chat, o pessoal pode se
165 inscrever para a Tribuna Livre. Ok?

166 Então, é com você, Fabiana, a discussão das duas atas, da 32ª e 33ª reuniões
167 ordinárias.

168 A Sra. Presidente:- Obrigado, João. Então, só reforço que quem quiser usar a
169 palavra, quando chegarmos no momento da Tribuna Livre, é importante que vocês
170 façam já a inscrição pelo chat para que a Larisseane possa registrar, por ordem de
171 pedido, a ordem das falas na sequência.

172 Então, como a gente já votou a ata da 33ª reunião ordinária, vamos agora colocar
173 em discussão a ata da 32ª reunião ordinária. Alguém tem alguma consideração a fazer
174 na ata da 32ª reunião ordinária? (Pausa). Se ninguém tem nenhuma consideração a fazer,
175 então coloco em votação. Os favoráveis permaneçam como estão. (Pausa).
176 APROVADA.

177 Então, aprovadas as atas, passamos à ordem do dia. Na ordem do dia vamos
178 começar falando do Progestão, das resoluções *ad referendum*. Passo a palavra para o
179 Bruno Otsuka e para a Fernanda Nagal que farão as apresentações. Não sei quem
180 começa, mas Bruno e Fernanda a palavra está com vocês.

181 O Sr. Bruno Otsuka:- Obrigado, Fabiana. Aproveito, de antemão, para agradecer
182 à Secretaria Executiva por ter organizado toda a documentação nesses últimos meses

183 de trabalho pra gente poder chegar aqui hoje, estar apresentando e aprovando esses
184 documentos importantes.

185 Então como acredito que os Conselheiros, a maioria já tem conhecimento, o
186 Estado do Paraná é signatário de um convênio junto à Agência Nacional de Águas que
187 é o Progestão. O Progestão é um programa de fortalecimento das Agências de Bacias.
188 Então em resumo seria isso. E todo ano temos diversos formulários e certificação para
189 estar fazendo em relação as nossas atividades, como a gente...

190 O Sr. (Não se identificou):- Congelou o Bruno só para mim ou foi para todo
191 mundo?

192 A Sra. (Não se identificou):- Para todo mundo. Ele estava com um pouco de
193 instabilidade na conexão dele. Fernanda, não sei se você quer assumir, enquanto o
194 Bruno...

195 A Sra. (Não se identificou):- Muitas vezes, para melhorar o áudio de quem está
196 apresentando, é melhor desligar os vídeos, porque facilita. Muito vídeo ligado prejudica
197 nas apresentações. Pelo menos é o que a gente tem observado. Então deixar o vídeo
198 fechado um tempo ajuda na apresentação. (Pausa). Não resolveu, né.

199 A Sra. (Não se identificou):- Acredito que não.

200 A Sra. Presidente:- Não sei se a Fernanda quer assumir?

201 A Sra. Fernanda Nagal:- Fabiana e demais Conselheiros, fiquei encarregada de
202 fazer a apresentação do item Procomitês, o item sequencial da pauta. Acredito que o
203 Bruno vai fazer o acesso pelo celular, pelo o que ele me passou. Voltou!

204 O Sr. Bruno Otsuka:- Voltei pelo celular mesmo, porque minha internet aqui está
205 caindo, vamos ver se pelo 4G funciona. Desculpem-me, pessoal.

206 Eu não sei onde acabou cortando a minha fala, mas eu estava comentando que o
207 Estado do Paraná é signatário do Progestão que é um convênio junto à Agência Nacional
208 de Águas e temos todo ano que fazer essa certificação das nossas ações como Agência
209 de Bacias e órgão gestor na área de recursos hídricos.

210 Então o Instituto Água e Terra assumiu essa função que veio lá do Instituto das
211 Águas do Paraná. Então foram quatro resoluções que aprovamos *ad referendum* com
212 base no regimento. Gostaria de pedir para a Larisseane, se puder, colocar Resolução n.º
213 005. Acredito que a gente pode colocar em tela e eu faço um resumo do que consiste

214 cada uma dessas resoluções. Aí, se alguém tiver alguma pergunta, a gente pode estar
215 esclarecendo item a item.

216 Agora está aparecendo para mim. Então a primeira Resolução n.º 005 trata do
217 Formulário de Autodeclaração. É um formulário que nós preenchemos para justamente
218 colocar todos os recursos financeiros que o Estado do Paraná investiu como
219 contrapartida. Isso aqui não se trata do próprio recurso que vem da ANA, do Progestão,
220 e sim de uma contrapartida que o Estado do Paraná já vem desenvolvendo nessa área
221 relacionada a recursos hídricos. Então aí você tem diversas variáveis, temos sete
222 variáveis e aí tem o valor declarado e a justificativa do por que se utilizou aquele recurso
223 e qual a finalidade.

224 Não vou ler tudo aqui, mas vou destacar alguns pontos principais. Na variável
225 um a gente tem a questão de organização institucional do Sistema de Gestão de Recursos
226 Hídricos. Colocamos aqui que no Programa Restec, que já está na segunda turma de
227 2019, foi investido um valor significativo para colocar esse pessoal para justamente
228 trabalhar em todas as áreas da gestão de recursos hídricos do Instituto Água e Terra.
229 Relacionada a essa área, temos hoje vinte e quatro residentes técnicos da última turma,
230 distribuídos em diversas áreas, seja na outorga, seja em gestão de bacias, na parte de
231 sistemas.

232 É um pessoal recém-formado, até dois anos, e que está vindo com uma gana
233 muito forte e dando um fôlego de atividades para nós muito interessante. Então é um
234 programa que vem dando muito certo, por isso até o Governo decidiu ampliar essas
235 vagas ao longo do tempo. Inclusive vai ter mais uma turma agora prevista no final desse
236 ano. Era para ser só no ano que vem, mas como tem essa possibilidade, esse ano faremos
237 uma nova seleção para novos residentes entrarem também. É uma contrapartida,
238 digamos assim, na área de gestão de recursos hídricos.

239 A parte de comunicação social, isso aqui tudo foi feito ano passado, então tem
240 esse lapso de tempo porque a gente demorou um pouco para fazer essa reunião virtual,
241 mas em relação a 2019 todos esses dados aqui.

242 Foi feito o Encob em Foz do Iguaçu. O Encob teve um apelo muito grande na
243 parte de difusão de informações. Levamos mais de oitenta pessoas, que são membros
244 de Comitês de Bacias no Estado do Paraná para participarem de minicursos e diversas

245 palestras todas relacionadas à gestão de bacias e gestão de recursos hídricos. Esse ano
246 era para ter sido em Curitiba porque o Governo se candidatou, conseguiu trazer de novo
247 para cá, mas vai acabar ficando para o ano que vem por conta da pandemia.

248 Na área de planejamento estratégico, a variável três, a questão aí da parceria e
249 fortalecimento da parte tecnológica com a vinda do Simepar para o âmbito da Sedest.
250 Então também tem uma previsão boa de investimentos futuros nessa área de
251 monitoramento principalmente.

252 A questão do Plano Estadual não houve alteração. Investimentos em Sistemas de
253 Informação, a Sedest, como todos, vem investindo fortemente nessa área tecnológica.
254 Então aqui colocamos valores estimados, foi passado pelo núcleo de inteligência
255 geográfica, de em torno de um milhão para sistemas de informações na área de recursos
256 hídricos. É claro que existem as interfaces com a gestão ambiental, isso não tem como,
257 mas acaba beneficiando a todos. E também na parte de outorga de direito também um
258 valor aproximado de um milhão, esse é um recurso que veio do Banco Mundial para
259 investimento em sistemas.

260 Então só na parte de outorga a gente conseguiu detalhar e mais esse valor também
261 que foi aplicado para melhoria do banco de dados, de integração de informações para
262 justamente auxiliar tomada de decisão dos técnicos do instituto. E na parte de
263 fiscalização também tem os valores que foram utilizados pelo Águas Paraná até ano
264 passado, a questão de vistorias para processo de outorga, na questão de segurança de
265 barragens também que foi intensificado no ano passado. Então em relação à Resolução
266 n.º 005, seria isso.

267 Eu não sei, João, se a gente discute um, se abre para questionamentos ou se no
268 final dos quatro, o que seria mais interessante?

269 O Sr. Secretário Executivo:- Acho que poderíamos ir tocando, Bruno, depois no
270 final votamos um a um. Se alguém tiver alguma questão a ser discutida, na hora de
271 colocar em votação, levanta a questão. Acho que fica mais prático.

272 O Sr. Bruno Otsuka:- Ok. Então vou tocando aqui e qualquer coisa vocês me
273 interrompem.

274 Em relação à Resolução n.º 006 trata do Formulário de Autoavaliação. Esse
275 formulário já é bem mais detalhado e tem mais informações técnicas de cada uma das

276 ações que o Estado realizou no ano de 2019. Destrincha, dentro daquelas variáveis, cada
277 um dos tópicos que estão como metas para o Estado do Paraná dentro do Progestão.
278 Então são trinta e uma variáveis. Eu também não vou fazer a leitura de todas aqui,
279 porque foi enviado o documento anteriormente para todos os Conselheiros e
280 Conselheiras. Vou destacar alguns pontos de melhoria e de alteração, porque todo ano
281 é feita essa avaliação, então vou fazer o destaque só do que mudou principalmente do
282 ano passado para cá.

283 O meu primeiro destaque vai para o item 2.2. Trata da divisão hidrográfica. Isso
284 aqui foi uma alteração feita dentro dessa reforma administrativa, no conceito do novo
285 Instituto Água e Terra que unificou os três institutos anteriores e trouxe um benefício
286 muito grande para a área de gestão de recursos hídricos, por conta da unificação do
287 planejamento estratégico por bacias hidrográficas. Então antes o IAP fazia a gestão
288 ambiental dentro do território, digamos a divisão política, a divisão territorial por
289 municípios nas suas regionais, não necessariamente por bacia hidrográfica, e o Águas
290 Paraná trabalhando em relação as bacias hidrográficas até então. E essa unificação
291 trouxe esse benefício para a gestão da água, justamente porque a gestão ambiental agora
292 também trabalha essa questão por bacias hidrográficas. A unificação dos departamentos
293 de licenciamento do IAP e de outorga do Águas também traz benefício para essa gestão,
294 justamente pela interação entre essas duas atividades, e também por um olhar mais
295 criterioso para disponibilidade hídrica, que tem se falado muito, nas aprovações de
296 atividades econômicas no Estado. Então no processo de licenciamento é verificado essa
297 questão da disponibilidade de água, tanto para a captação quanto para a diluição de
298 efluentes. Isso foi uma autoavaliação que a gente melhorou, foram dois itens que
299 melhoraram do ano passado para cá, esse é um dos principais aí que a gente coloca.

300 E o próximo, o item 2.4, fizemos um levantamento das ações do Plano Estadual
301 de Recursos Hídricos. Muito se fala, se cobra da revisão do Plano Estadual, que já tem
302 os seus dez anos de aprovação, mas não se sabe exatamente em que pé está a
303 implementação. Então identificamos que muito das ações e programas que estão
304 previstos, já foram desenvolvidos ou estão em andamento. Então aqui a gente melhorou
305 também essa meta, a autoavaliação foi para 5, porque a gente identificou que bem mais
306 de 30% das ações já foram implementadas no Plano Estadual. Então, por isso dessa

307 melhoria. Esses dois pontos foram de melhoria na nossa autoavaliação e que ANA
308 concordou. A gente mostrou a documentação comprobatória.

309 Os demais pontos, tenho alguns destaques para fazer também pontuais.

310 No item 2.6 sobre o enquadramento. Nós não evoluímos na autoavaliação, mas
311 evoluímos na prática. Dentro da tábua de avaliação da ANA não configurou ainda uma
312 passagem para nota superior, mas independente disso nós avançamos. No ano passado
313 tivemos a aprovação do enquadramento do Comitê da Bacia Litorânea. Inclusive por
314 este Conselho em dezembro do ano passado e também tivemos aprovação em consulta
315 pública, não aprovação, mas a passagem para consulta pública e aprovação no Comitê
316 pelo Piraponema, que já está neste Conselho em avaliação, e esse ano tivemos o Paraná
317 3, praticamente fechamos ano passado, mas esse ano fizemos a deliberação final. E
318 também veio este mês para o Conselho Estadual para fazer a resolução final de
319 enquadramento. Então são mais três Comitês de Bacias com novos enquadramentos, o
320 que faz a gente atingir um índice de seis Comitês já com novos enquadramentos no
321 Estado do Paraná.

322 Destacar também, na variável 2.7, a elaboração desde o ano de 2018 e publicação
323 neste ano com participação de representantes da ANA, do Relatório Conjuntura de
324 Recursos Hídricos do Estado do Paraná, o primeiro Relatório Conjuntura Estadual. Foi
325 um evento muito interessante e um marco justamente para a gestão de recursos hídricos
326 no Estado e serve agora como referência para a gente produzir mais informações para o
327 futuro.

328 Bom, a questão das variáveis 3.3 e 3.4, falando de monitoramento. O item 3.3
329 monitoramento hidrometeorológico e o item 3.4 monitoramento de qualidade da água,
330 destacar que o Estado do Paraná vem cumprindo com o acordo feito com a Agência
331 Nacional quase na sua totalidade, tanto em condições de quantidade de estações quanto
332 na parte operacional. Isso em relação, é claro, a um planejamento regional, não é um
333 planejamento mais capilarizado, digamos assim, de monitoramento, mas dentro do
334 Plano Estadual de Recursos Hídricos estamos cumprindo com as metas acordadas de
335 maneira satisfatória, tanto é que as nossas autoavaliações são de cinco, que é o máximo
336 para monitoramento hidrometeorológico, e quatro para a qualidade da água.

337 A parte do Restec já comentei.

338 Os dois últimos itens que eu gostaria de destacar são os 3.7 e 3.8. O 3.7 é
339 justamente esse novo sistema que está em fase final de desenvolvimento - SIGAR, que
340 vem justamente para melhorar a integração de dados, melhorar o planejamento dos
341 recursos hídricos no Estado e auxílio na tomada de decisão pela análise técnica, e a parte
342 de gestão de eventos críticos. Muito se fala da parte de eventos por enchentes e
343 desastres, mas a gente está vendo um evento crítico adverso este ano e também se
344 caracteriza como esse evento, que é a escassez hídrica.

345 Então o Estado tem essa articulação junto à Defesa Civil. Temos uma instalação
346 dentro da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil para estar fazendo esse
347 monitoramento 24 horas por dia desses eventos. Agora também, com entrada do
348 Simepar, estão auxiliando bastante na questão aí da pluviometria e previsão
349 hidrometeorológica para a gente saber aí a questão da amenização dessa crise que nós
350 estamos enfrentamos.

351 Eu acredito que de destaque, João, seriam esses no Formulário de Autoavaliação.
352 Então fica aberto para quem quiser fazer algum comentário, alguma pergunta.

353 A Sra. Presidente:- Teve uma pergunta no chat do Juliano Bueno. A pergunta é:
354 Hoje estamos com quantas estações?

355 O Sr. Bruno Otsuka:- Aqui ele não fala a quantidade total, eu acho que é mais do
356 que está escrito aqui. Mas a parte de qualidade da água, ele cita aqui são cento e oitenta
357 estações no total, na parte fluviométrica, dentro do Projeto Qualiágua, sendo cento e
358 cinquenta monitorados pelas equipes de pluviometria, aquelas do Águas passaram para
359 o Instituto Água e Terra, e complementarmente mais trinta pontos sendo feitos pela
360 equipe que era do IAP. Isso na parte de fluviométrico, dá mais de 80% dos pontos
361 previstos no Projeto Nacional de Qualidade da Água.

362 Na parte de fluviometria não tem esse dado exato nesse momento, não sei se
363 alguém da parte de monitoramento está presente na reunião, senão a gente pode verificar
364 posteriormente a pergunta do Juliano.

365 O Sr. Secretário Executivo:- Bruno, continuamos com as outras resoluções ou já
366 deliberamos? A Fernanda Nagal vai apresentar alguma coisa, alguma questão?

367 O Sr. Bruno Otsuka:- A princípio a gente combinou da Fernanda apresentar o
368 próximo item, o Procomitês. Eu acho que a gente pode passar a sete e a oito, João, que

369 são mais curtas e aí a gente pode fazer a deliberação em blocos, se assim a Mesa Diretora
370 concordar.

371 O Sr. Secretário Executivo:- Ok. Fazemos a 7 e a 8, aí a gente delibera.
372 Colocamos em discussão, em deliberação e em votação. Ok? Continue com a 7 e a 8,
373 depois, no outro item, passamos a palavra à Fernanda Nagal.

374 O Sr. Bruno Otsuka:- Ok. A Resolução n.º 007 é o Plano de Capacitação. Um
375 plano que já existia desde 2018 e ele foi atualizado esse ano. É o plano de capacitação
376 na área de recursos hídricos para funcionários dos servidores do sistema. Então nós
377 fizemos uma atualização do organograma, das entidades integrantes do Sistema
378 Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, agora com o Instituto Água e Terra como
379 órgão gestor e a Sedest como representante do Governo.

380 Também a questão do Fórum Paranaense de Comitês de Bacias foi colocado aqui
381 e do novo comitê que a gente tem instalado, que é o Comitê do Alto Ivaí, passando para
382 nove comitês em funcionamento no momento. E foi colocada aqui uma planilha, na
383 página seis, que é uma planilha, é uma proposta de um plano para capacitação dos
384 gestores e tem muito como base cursos autoinstrucionais EAD neste ano por conta da
385 pandemia. Então a gente já pensou na atualização. O Encob que estava previsto aqui
386 um recurso não vai acontecer esse ano, vai ser revisto até essa questão de valor para ano
387 que vem, porque a forma dos eventos agora vai mudar bastante.

388 Então essa daqui é uma tabela proposta de capacitações. Ali vocês têm os entes
389 que devem receber essas capacitações, quais são os desafios que a gente identifica hoje
390 na área de recursos hídricos, os temas. Então dividimos também por macrotemas de
391 capacitação e quem são as entidades relacionadas a cada um desses macrotemas. Essa
392 é a proposta que fizemos de atualização. Então tem bastante curso interessante que a
393 gente já está trabalhando junto às gerências no Instituto Água e Terra. Algumas
394 parcerias entre gerências já estão funcionando, já está conseguindo trabalhar essa
395 questão da capacitação.

396 Destacar também a parceria que o Instituto Água e Terra firmou agora
397 recentemente com a escola de gestão do Governo para que as capacitações sejam
398 oficiais e pela plataforma oficial do Governo, que já existem. Já existem capacitações
399 lá que são realizadas, é um ambiente bem favorável ao estudo, e também já tem todo

400 esse preparo de certificação, controle de leitura. Então é algo bem mais profissional,
401 apesar de a gente já ter iniciado as capacitações esse ano, a gente vai aos poucos migrar
402 para aquela plataforma que é bem favorável a isso. Esse é o destaque que gostaria de
403 falar também sobre a escola de gestão.

404 Eu vi que alguém colocou uma pergunta no chat.

405 A Sra. Presidente:- Isso. Tivemos outra pergunta do Juliano, da Arayara. Ele
406 perguntou se está previsto a capacitação na sociedade civil e da Academia, enquanto
407 membros dos conselhos e comitês?

408 O Sr. Bruno Otsuka:- Isso, Juliano. Aqui a gente está falando do plano de
409 capacitação relacionado ao Progestão. O Progestão vem fortalecer o órgão gestor.
410 Então, apesar de o Conselho Estadual estar aqui, alguns entes já podem ser capacitados
411 através do Conselho, mas a questão dos comitês a gente vai conversar no item seguinte,
412 que a Fernanda vai apresentar, porque é outro convênio. É o convênio do Procomitês,
413 que aí tem os seus recursos próprios e as suas metas próprias e seu plano de capacitação
414 próprio, que também já iniciamos esse ano. Então no próximo item a gente vai
415 esclarecer esse assunto.

416 Então no item da Resolução n.º 007, seria isso, João.

417 Agora falta só a Resolução n.º 008 que fala sobre aplicação dos recursos
418 financeiros do Progestão em 2019. Aquele primeiro que eu comentei foram recursos de
419 contrapartida do orçamento do Estado que aplicou e agora, esse item 08, são os recursos
420 que vieram do convênio da ANA através do Progestão. Então esse daqui nem precisaria
421 estar fazendo uma resolução, mas a gente achou por bem dar transparência também a
422 esse item, como todos os demais.

423 Em resumo, utilizamos esse recurso de quinhentos e sessenta mil no ano passado
424 para os observadores de campo que ajudam no nosso monitoramento hidrológico. Então
425 a gente tem esse pessoal que é pago, através desse convênio, para fazer a observação
426 dessas estações que são instaladas. E não tivemos mais utilização, mas está previsto já
427 para o mês de outubro o início da abertura de uma licitação para a reforma do instituto,
428 o antigo Instituto das Águas, aquela sede na Rua Santo Antônio. O projeto já está pronto
429 e o recurso do Progestão já está alinhado para ser utilizado para essa finalidade. A ANA
430 inclusive já aprovou, o Scroccaro tem feito esse papel de representar o Estado do Paraná

431 junto à ANA. Então já tem essa aprovação para utilização do recurso Progestão nessa
432 reforma da sede. Essa é a nossa previsão para os próximos meses.

433 São essas quatro resoluções. Abro aí para discussão, quem tiver alguma dúvida
434 ou esclarecimentos, estamos à disposição.

435 A Sra. Presidente:- Obrigada, Bruno. Mais alguém tem alguma pergunta para
436 fazer em relação às apresentações da Resolução n.º 005 até a Resolução n.º 008? Tem
437 uma pergunta, Bruno, a dúvida é voltada ao valor da fiscalização, também do Juliano.

438 O Sr. Bruno Otsuka:- Vamos lá. Isso é na Resolução n.º 005, né Juliano?

439 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Isso, na 005. Eu achei o valor dos
440 setenta e oito mil baixo, se a gente considerar o valor investido e as demandas
441 relacionadas à aplicabilidade na questão da gestão. Eu parto dessa premissa. Eu fui vice-
442 Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e Águas de Superfície da ANA
443 por alguns anos, e a aplicação de valores de fiscalização no Estado de São Paulo e Santa
444 Catarina são bem significativos. Eu queria entender por que o valor está baixo, se tem
445 recursos de outras áreas para essa finalidade. Era essa a minha dúvida. Obrigado.

446 O Sr. Bruno Otsuka:- Obrigado pela pergunta, Juliano. Realmente o valor que
447 está aqui não reflete toda a mobilização que é feita pelo Estado na fiscalização. Isso
448 aqui foi o que a gente conseguiu contabilizar, por exemplo, em custo de diária e
449 deslocamento do nosso pessoal. Agora se você colocar toda a equipe de servidores que
450 está relacionado a isso, isso até não entra na conta, mas é uma contrapartida do Estado
451 e é um custo que o Estado tem. Então a gente não colocou na conta essa questão de toda
452 a equipe que está envolvida na questão da fiscalização.

453 E lembrando que a gente colocou o processo de outorga e segurança de
454 barragens, mas não está toda a fiscalização na área de gestão ambiental também que
455 existe. É só específico para isso. Mas se você colocar tudo na conta realmente vai dar
456 um valor bem maior do que esse, do que é gasto pelo Estado na fiscalização nessa área
457 de gestão. Não sei se respondi a sua pergunta.

458 Gostaria também de comentar que na área de segurança de barragens a gente tem
459 um Webinar programado para outubro agora, que também agora com essa parte de
460 reuniões virtuais está favorecendo muito essa parte de capacitação e informação a todos.
461 Isso aí a gente deve divulgar na sequência também. E reduz muito os custos. Esses

462 treinamentos e capacitações reduzem demais o custo para que a gente faça essas
463 atividades. Então acho que seria isso, Juliano.

464 A Sra. Presidente:- Obrigada, Bruno.

465 O Sr. Secretário Executivo:- Agora devolvo a palavra para você, Fabiana, para
466 colocar em deliberação essas quatro resoluções. Então, é com você, Presidente.

467 A Sra. Presidente:- Obrigada, João. Então, colocamos em discussão as
468 Resoluções n.º 005/20, n.º 006/20, n.º 007/20 e a n.º 008/20. Vou passar uma a uma a
469 discussão e a votação para ficar com tudo isso registrado em Ata. Então nesse primeiro
470 momento coloco em discussão a Resolução n.º 005/20. Alguém tem algum
471 posicionamento para fazer?

472 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Eu tenho um posicionamento.

473 A Sra. Presidente:- Pois não.

474 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Meu voto é favorável, mas só faço
475 um apenso do meu voto de que haja um valor sob o aspecto de fiscalização para
476 aplicação maior do que esse que está sendo colocado. Porque algo comparativo da
477 análise dele, me respondeu bem a pergunta a que quando comparamos o valor usado
478 para a fiscalização no Estado de Santa Catarina e em São Paulo, temos dez vezes mais
479 recursos aplicados hoje nesses dois estados, se comparado ao Estado do Paraná.

480 Então, a gente faz um comparativo do Sudeste inteiro e do Sul inteiro, somos o
481 Estado que menos está aplicando sob o aspecto fiscalizatório, sob o aspecto de recursos.
482 Então, das duas uma, ou o número está equivocado, ou seja, não se tem aí toda a
483 aplicação financeira do órgão em relação a isso, ou então não vamos ter fiscalização de
484 fato. Com a crise hídrica que o Estado está passando hoje, especialmente a região
485 metropolitana de Curitiba e algumas regiões do Noroeste, a gente vai ter um fator de
486 risco. Por exemplo, usos não prioritárias da água sob o aspecto de consumo humano, e
487 você está aí, por exemplo, bombeando um grande volume de água subterrâneo para uso
488 industrial ou outros usos, e isso gerar um desequilíbrio hídrico ainda maior.

489 Então, voto favorável à resolução, mas com um apenso de que haja uma revisão
490 sobre os valores relacionados a aplicação da fiscalização. Era o que eu tinha a dizer.
491 Obrigado.

492 A Sra. Presidente:- Obrigada, Juliano. Então a sua consideração vai ser levada
493 em conta, inclusive constando na Ata. Então, em votação a Resolução n.º 005/20. Os
494 favoráveis permaneçam como estão. (Pausa). APROVADA.

495 Em discussão a Resolução n.º 006/20. Alguém tem alguma consideração para
496 fazer? (Pausa). Em votação. Os favoráveis permaneçam como estão. (Pausa).
497 APROVADA.

498 Em discussão a Resolução n.º 007/20. Alguém tem alguma consideração para
499 fazer? (Pausa). Em votação. Os favoráveis permaneçam como estão. (Pausa).
500 APROVADA.

501 Em discussão a Resolução n.º 008/20. Alguém tem alguma consideração a ser
502 feita? (Pausa). Em votação. Os favoráveis permaneçam como estão. (Pausa).
503 APROVADA.

504 Então tendo aprovadas as resoluções, passamos agora para pauta de Procomitês
505 onde serão apresentados o Relatório Anual de Certificação de 2019, a Minuta de
506 Resolução para aprovação no modelo da Ana e a proposta de revisão da Resolução
507 Sema n.º 044/2018.

508 Para apresentar o Relatório Anual de Certificação, passo a palavra para a
509 Fernanda Nagal.

510 A Sra. Fernanda Nagal:- Olá, boa tarde a todos. Eu sou a Fernanda Nagal, sou
511 engenheira ambiental vinculada à Divisão de Gerenciamento de Comitês de Bacias
512 Hidrográficas da gestão de bacias do Instituto Água e Terra, e eu vou apresentar para
513 vocês agora o Relatório Anual de Certificação do Procomitês referente à certificação de
514 2020. Vou compartilhar aqui a tela.

515 Bom, o Procomitês é o programa nacional de fortalecimento dos Comitês de
516 Bacias Hidrográficas, é um programa da Agência Nacional de Águas. Esse relatório foi
517 enviado aos senhores juntamente com a convocação, lembrando que esse programa
518 prevê o repasse de recursos financeiros ao Estado, ao Instituto Água e Terra como
519 entidade estadual, mediante a avaliação da agência pelo cumprimento das metas
520 estabelecidas entre os Comitês de Bacias Hidrográficas que aderiram ao programa e a
521 Agência Nacional de Águas.

522 Vou passar também de forma bastante resumida o relatório, os Conselheiros já
523 tiveram acesso. O primeiro item refere-se a apresentação com dados do contrato, o
524 contrato foi firmado em 2019 sendo que em 2018 houve a pactuação das metas entre os
525 Comitês de Bacias e Agência Nacional de Águas. Então sequencialmente em 2019 foi
526 firmado o contrato sendo esse também o primeiro ano de implementação do programa
527 e a gente está então no ano de certificação referente a esse ano base de 2019, certificação
528 de 2020. É a nossa primeira certificação no Estado do Paraná do Procomitês.

529 Passando para o item de informações relevantes, aqui a gente traz um pouco do
530 histórico dessas tramitações, dessa adesão do Estado do Paraná ao Procomitês, essas
531 informações de cunho geral das partes envolvidas no contrato, e é importante aqui a
532 gente destacar os oito Comitês de Bacias Hidrográficas que aderiram ao programa aqui
533 no Estado do Paraná que é o Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e afluentes do Alto
534 Ribeira - Coaliar, o Comitê da Bacia do Rio Tibagi, o Comitê da Bacia do Rio Jordão,
535 o Comitê da Bacia do Paraná 3, o Comitê das Bacias dos Rios Pirapó, Paranapanema 3
536 e 4, o Piraponema, o Comitê das Bacias do Rio Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e
537 Paranapanema 2 do Norte Pioneiro, o Comitê das Bacias do Baixo Ivaí Paraná 1 e o
538 Comitê da Bacia Litorânea.

539 Nesse item ainda são apresentadas informações sobre as responsabilidades no
540 âmbito do contrato e também faço aqui um destaque para informação relacionada ao
541 portal Doc-CBH e o Cinco, que são sistemas da Agência Nacional de Águas, são
542 plataformas que servem como um repositório de dados e informações que são os
543 registros das atividades dos Comitês. Em 2019 inclusive a ANA esteve, representantes
544 da ANA estiveram em Curitiba numa oficina para orientar os membros dos Comitês, a
545 como proceder para fazer a reposição de dados nessas duas plataformas. As demais
546 informações nesse item são de cunho mais geral, inclusive da questão contratual.

547 Passando então para o item de avaliação do cumprimento de metas. A gente faz
548 o destaque aqui da avaliação que a ANA fez em relação ao total estadual apontando
549 90% nesse primeiro ano de certificação, que a gente considera bastante satisfatório para
550 o primeiro ano. E também destaco aqui o importante entendimento de como é
551 estruturado o programa do Procomitês. Ele é um padrão da Agência Nacional e as metas
552 pactuadas entre os Comitês e Agência no âmbito do contrato estão vinculadas aos

553 componentes, as seis componentes de funcionamento e conformidade documental,
554 componente de capacitação assim como do Progestão, é um item específico, é algo
555 bastante valorizado também pela Agência, componentes de comunicação, componente
556 do cadastro que se referem àquelas plataformas que eu mencionei da própria Agência
557 Nacional, a componente de implementação dos instrumentos de gestão e a componente
558 de acompanhamento e avaliação.

559 Em relação aos comentários da entidade estadual, a ANA nos solicita esses itens
560 para serem apresentados no relatório, os comentários da entidade em relação ao
561 desempenho das metas por Comitê, a gente faz um destaque, sete Comitês tiveram um
562 percentual superior a 75% na avaliação da Agência. Em relação aos comentários do
563 Conselho Estadual de Recursos Hídricos a respeito do desenvolvimento do programa,
564 nós colocamos aqui a informação de que essa sessão plenária do Comitê apreciaria esse
565 Relatório Anual de Atividades.

566 E também fazemos aqui uma colocação, esse ano não tivemos nenhum grupo de
567 trabalho específico ou Câmara Técnica que tenha acompanhado o Procomitês na
568 implementação de 2019, mas fica aí a sugestão de que para a próxima certificação a
569 gente também possa levar o programa de forma mais detalhada para a própria câmara
570 técnica do Conselho assim como foi feito também com programa do Progestão.

571 No que se refere ao item solicitado pela Agência da aplicação dos recursos do
572 Procomitês até dezembro de 2019, estamos informando aqui que esse valor continua,
573 esse saldo continua em conta corrente. No ano do contrato, que foi 2019, o contrato já
574 prevê um repasse inicial, já foi repassado para a entidade estadual o valor de
575 quatrocentos e um mil reais, o que resultou, com os rendimentos, um saldo em dezembro
576 de 2019 de quatrocentos e dez mil e seiscentos e treze reais. Esse recurso continua
577 poupado, ainda não foi aplicado, e a esse valor vai se somar o resultado da certificação,
578 lembrando desse limite até quatrocentos mil reais por ano, a esse saldo na conta
579 específica do Procomitês.

580 Como anexos do relatório de atividades, são três anexos que constam no
581 relatório. O primeiro anexo é a própria resolução do Conselho Estadual de Recursos
582 Hídricos que aprova o relatório anual de certificação do Procomitês. Acredito que isso

583 vai ser colocado na sequência pela Secretaria Executiva para deliberação a respeito do
584 relatório. Havendo essa aprovação, ele vai ser substituído aqui nesse primeiro anexo.

585 O segundo anexo é o quadro síntese do cumprimento das metas. Esse quadro,
586 essa avaliação foi elaborada pela própria ANA com base nas informações emitidas pelos
587 Comitês ao longo do ano relacionadas a 2019. Essa avaliação, então, cumprindo ali
588 aquelas seis componentes mencionadas: o funcionamento, a capacitação, a
589 comunicação, o cadastro, os instrumentos de gestão e acompanhamento, e avaliação
590 feita por Comitê de Bacia Hidrográfica.

591 E aqui é bem importante eu fazer um destaque que essa versão projetada na tela
592 dos senhores, difere da que foi enviada na convocação, no item do Comitê do Rio
593 Tibagi. No relatório que foi enviado aos senhores consta uma certificação pela Agência
594 de 82,79%, mas nós fizemos na semana anterior um questionamento à ANA em relação
595 a uma nota parcial que foi dada nos instrumentos de gestão, e de fato eles revisaram
596 essa nota e a gente conseguiu uma evolução no total certificado desse Comitê, passando
597 então de 82,79% para 86,15%.

598 De qualquer forma isso não altera o total do avaliado para o Estado, que seria a
599 média dos Comitês, como fica na faixa ali entre 80 e 90%, pelo regulamento da ANA,
600 é apontado o valor, é atribuído essa certificação de 90% à entidade estadual.

601 E o último anexo refere-se à planilha do Relatório Anual de Atividades do
602 Estado, o relatório de 2019. Na verdade esse relatório já foi remetido à Agência
603 juntamente com os relatórios dos Comitês de Bacias, por solicitação no início de março
604 do ano corrente, e traz ali as principais ações realizadas pelo Instituto Água e Terra
605 como entidade estadual os valores despendidos, valores aproximados no que se refere a
606 apoio técnico, logístico e participação de alguns Comitês, tendo como fonte recursos do
607 próprio Estado, evidenciando aqui que o recurso do Procomitês permanece ali poupado
608 para o uso, a depender das definições de cada Comitê.

609 Bom da minha parte é isso. Fico à disposição dos senhores, nós ficamos à
610 disposição.

611 A Sra. Presidente:- Obrigada, Fernanda. Nós vamos seguir da mesma forma ou
612 a gente coloca em discussão agora o relatório anual ou passamos para todos os itens da
613 pauta, que é Procomitês? Como isso pode ser feito?

614 A Sra. Fernanda Nagal:- Fabiana, se me permite.

615 A Sra. Presidente:- Pois não.

616 A Sra. Fernanda Nagal:- Acho que seria interessante a apreciação já da resolução,
617 porque o relatório e a resolução são referentes ao Procomitês. A Resolução Sema n.º
618 044 é uma incumbência decorrente da última reunião do Conselho que trata das áreas
619 críticas. É uma revisão de resolução. Então de produto do Procomitês seria esse relatório
620 e a apreciação da resolução, nos moldes solicitado pela Agência.

621 A Sra. Presidente:- Perfeito, Fernanda. Muito obrigada. Então, vamos colocar em
622 discussão o relatório e a minuta de resolução. Eu começo, então, pelo Relatório Anual
623 de Certificação 2019. Em discussão. (Pausa). Alguém tem alguma questão? Tem uma
624 pergunta do Juliano ali no site, ele pergunta se algum comitês ficou abaixo das avaliadas
625 e, se sim, qual foi no caso dos 70%?

626 A Sra. Fernanda Nagal:- Nós tivemos o Comitê do Rio Jordão que atingiu o
627 percentual de 62,50%, embora seja um Comitê cheio de história, bastante antigo, talvez
628 um dos primeiros, acho que justamente por isso nós tivemos uma certa dificuldade no
629 resgate ali das informações documentais do Conselho e esse foi um dos motivos, além
630 dos instrumentos de gestão não finalizados, que impactaram na certificação dos
631 Comitês. Ficou realmente bastante discrepantes em relação, por exemplo, ao Comitê do
632 Coaliar que teve 96% das suas metas certificadas, o próprio Comitê da Litorânea
633 também com quase 90%. Então uma pena realmente, o Comitê do Rio Jordão teve essa
634 certificação abaixo de 75%.

635 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Só uma dúvida, teve algum motivo?
636 É só uma questão de relatório ou de fato o Comitê não atendeu todas as premissas?

637 A Sra. Fernanda Nagal:- Então, Juliano, nesses detalhamentos dessas
638 componentes de fato houve uma dificuldade de se evidenciar o cumprimento de toda a
639 documentação do Comitê, tanto da conformidade documental quanto dos instrumentos
640 de gestão, porque não basta o Comitê ter tido as discussões e avanços nas discussões
641 dos instrumentos, a Agência solicita aprovação. Tanto nessa componente de
642 instrumentos quanto de funcionamento e conformidade documental foram itens que
643 impactaram o Comitê do Jordão, diferente dos demais.

644 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Só finalizando, então, sobre o mesmo
645 assunto. O Conselho, desculpe-me eu fazer essa pergunta para os outros Conselheiros,
646 não me recordo quando acontece esse fato, o Conselho Estadual age sob o aspecto de
647 monitorar e corrigir isso? Ou não? É diferente, por exemplo, quando você está em algum
648 outro colegiado, como um Conselho Estadual e você tem dentro do regime do Sisnama
649 e você consegue, por exemplo, fazer instruções ou pedido ou argumentações para aquele
650 Comitê passe a cumprir isso ou que haja, por exemplo, a substituição daqueles
651 Conselheiros, ou há algum modelo de intervenção. Prevê-se isso? Perguntando aí para
652 o jurídico, que está acompanhando essa reunião. Obrigado.

653 O Sr. Bruno Otsuka:- Eu não sei se o jurídico está presente, Juliano, mas vou
654 colocar o que a gente sabe na prática. Nós na gerência de bacias damos suporte a todos
655 os comitês. Eu não sei se cabe ao Conselho fazer essa intervenção, eu acho que uma
656 recomendação, uma orientação ou uma questão de diretrizes, eu acho que é de
657 competência legal mesmo do Conselho, mas essa questão acho que é mais junto ao
658 órgão gestor e junto ao Comitês de Bacias para a gente tentar resgatar isso daí. Essa
659 questão da nota é proforma também. Apesar de termos uma questão dos instrumentos
660 não estarem aprovados, então o enquadramento e o plano são dois instrumentos
661 importantes que não receberam nota, não estarem finalizados e também não temos
662 encontradas as respectivas aprovações. Apesar da gente saber que na prática já tem boa
663 parte do plano construído junto ao Comitê de Bacias.

664 Eu não sei realmente qual que seria... Não sei se a Doutora Cecy está presente
665 na...

666 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. Goes (Sedest):- Eu estou. Desculpe, é que eu fui
667 buscar um cafezinho e daí eu perdi a pergunta. Eu cheguei, já falaram no jurídico, aí eu
668 entrei depressa. Você pode repetir a pergunta? Desculpa.

669 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Claro. A gente ficou sabendo na
670 reunião de hoje que o Comitê do Rio Jordão não performou, ele deixou de atender
671 algumas prerrogativas documentais gerando uma avaliação negativa em relação a ANA
672 e, por óbvio, deixando de cumprir as suas obrigações. A pergunta, enquanto Conselho
673 nós fiscalizando, deliberamos e podemos encaminhar, para esse Comitê que não atingiu
674 essas metas mínimas, o que não é adequado, enquanto gestão de recursos hídricos.

675 Caberia, mediante essa informação, o Comitê, o nosso Conselho, o Conselho Estadual
676 de Recursos Hídricos já fazer algum encaminhamento de melhoria, de treinamento, de
677 cumprimento das normas para esse Comitê?

678 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. Goes (Sedest):- Olha, eu teria que dar uma
679 olhadinha agora na legislação aqui no regimento, mas eu acredito que sim porque eu
680 Conselho tem que fazer a gestão junto com o IAT. Então ele tem que ver aquilo que
681 estava errado, o porquê não conseguiram atingir os objetivos e fazer tudo no sentido de
682 dar condições de vir atingir, naquilo que depender do IAT e do Conselho. Mas eu vou
683 dar uma olhada na legislação com mais cautela e trago aqui para vocês.

684 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Ok. João Batista, só coloca então na
685 anotação para as considerações gerais, após análise da Procuradora, se isso for possível
686 e dentro das normas e regras legais do Conselho, que a gente possa fazer algum tipo de
687 encaminhamento quanto a isso para que esse Comitê volte a estar no mais adequado e
688 cumprindo metas de qualidade do seu serviço. Obrigado.

689 O Sr. Secretário Executivo:- Ok., Juliano. Só para esclarecer, Juliano, o Conselho
690 se manifesta de três formas, por meio de resolução, recomendação ou moção. O
691 Conselho não tem papel executivo ou de gestão na questão toda. Ele delibera, discute,
692 analisa, recomenda ações para que os órgãos de gestão dos recursos hídricos ou para
693 que as outras instituições realizem atos para boa gestão de uso adequado dos recursos
694 hídricos. Então, regimentalmente, o Conselho se manifesta dessa forma. Pode sair uma
695 recomendação no sentido de que haja um apoio, talvez, do órgão gestor mais próximo,
696 enfim, para que haja esse processo de saneamento, digamos assim, dessas deficiências
697 que foram registradas por ocasião desse relatório.

698 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Então o encaminhamento adequado
699 seria a recomendação. É isso?

700 O Sr. Secretário Executivo:- Isso.

701 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. Goes (Sedest):- Só justificando, eu acho que o
702 Conselho tem que fazer alguma coisa, mas eu vou procurar mesmo assim, apesar, claro,
703 de que o João falou, ele é nosso Secretário Executivo, mas eu vou dar uma olhadinha
704 na legislação. Ok?

705 O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado, Cecy.

706 O Sr. Antônio Ricardo Lorezon (SEAB):- Posso usar a palavra um minuto, João?
707 É sobre esse assunto.

708 A Sra. Presidente:- Por favor.

709 O Sr. Antônio Ricardo Lorezon (SEAB):- A questão é a seguinte, eu acho que o
710 Conselho não tem função executiva. Eu acho que até a adesão desses conselhos ao
711 Progestão, é voluntária a adesão. Não sei se existiria algum tipo de... não houve questão
712 de perder recurso em função disso. Então na verdade isso é uma função gerencial da
713 Agência de Bacias, é o órgão gestor que toma as devidas providências. O Conselho não
714 tem essa função executiva. O Conselho é uma estrutura de dentro do gabinete do
715 Secretário. Então não tem função executiva com o Conselho Estadual, se a gente for
716 começar a pegar essa questão de execução de tarefas de Comitês, o Conselho não
717 consegue... as faltas nossas são enormes, porque a gente não vence nem o que está de
718 nossa atribuição fazer. Então se a gente entrar nas questões que competem a gestão de
719 bacias hidrográficas dentro do Instituto de Águas ou dentro do Água e Terra hoje, é a
720 função dele. Sabe, o Conselho não tem essa função aí de se imiscuir na tarefa da gestão
721 de bacias. Obrigado.

722 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. Goes (Sedest):- Mas na questão de orientar,
723 perdoe-me, mas na questão de orientar?

724 O Sr. Antônio Ricardo Lorezon (SEAB):- Não. Não tem função executiva o
725 Conselho. O Conselho é planejamento estratégico, é visão geral. Então, como é a
726 questão de acompanhar a execução? O Conselho para e daí vai fazer outra coisa e tem
727 que sair do gabinete do Secretário.

728 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Eu não concordo com as palavras do
729 Conselheiro. Acho que cabe sim o papel do Conselho, pelo menos é o que está na lei
730 que criou o Conselho e dentro do seu Estatuto, cumprir essa fiscalização. Quando um
731 Comitê deixa de cumprir ou performa de forma negativa, trazendo um prejuízo ao bem
732 público e à sociedade, cabe a nós sim, de forma suplementar, realizar esse tipo de
733 encaminhamento.

734 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. Goes (Sedest):- Olha, tenho a impressão que não
735 é de forma suplementar. O que pode fazer é orientar, ver o porquê não alcançou e

736 naquilo que pode ajudar. Mas não é uma questão executiva, não é que o Comitê vai
737 deixar de fazer. Ele vai fazer, é uma questão de orientar apenas.

738 O Sr. Antônio Ricardo Lorezon (SEAB):- Essa é a função da Agência de Bacia.

739 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. Goes (Sedest):- Vou dar uma olhada na
740 legislação e depois eu falo, senão...

741 A Sra. Presidente:- Isso. Acho que é melhor constar na Ata que o jurídico vai
742 fazer a avaliação e depois traz isso ao Conselho. Ok? Mais alguém quer fazer alguma
743 consideração relacionado ao relatório anual? (Ninguém se manifesta). Então está em
744 votação. Os favoráveis permaneçam como estão. (Pausa). APROVADO.

745 O segundo item é a Minuta de Resolução para aprovação no modelo da ANA.
746 Em discussão. Alguém tem alguma consideração a fazer em relação à Resolução
747 apresentada pela Fernanda? (Pausa). Não tendo nenhuma consideração, passo então
748 para votação. Os favoráveis permaneçam como estão. (Pausa). APROVADA.

749 Sendo aprovados os itens do Relatório Anual e a Minuta de Resolução, passamos
750 agora para a apresentação da proposta de revisão da Resolução Sema n.º 044/2018, que
751 estabelece diretrizes e critérios gerais para definição de áreas críticas quanto ao uso de
752 águas superficiais e subterrâneas de domínio do Estado do Paraná.

753 Nesse momento, então, passo a palavra ao Tiago e ao Bruno para a apresentação.

754 O Sr. Tiago Bacovis (IAT):- Boa tarde a todos. Meu nome é Tiago Bacovis, sou
755 chefe de divisão de Análise, Demanda e Disponibilidade Hídrica da Gerência de
756 Outorga do Instituto Água e Terra, e vou apresentar um pouco sobre a Resolução Sema
757 n.º 044/2018 e vou trazer um panorama das áreas críticas publicadas até o momento.

758 Vou compartilhar a minha apresentação com vocês e depois a minuta segue com
759 as palavras do Bruno.

760 Então a Resolução Sema n.º 044/2018 foi emitida em novembro de 2018 e
761 estabelece as diretrizes e critérios gerais para a definição de áreas críticas quanto ao uso
762 de águas superficiais e subterrâneas de domínio do Estado do Paraná.

763 O que é uma área crítica? É uma porção geográfica que se identifica a área de
764 potencial em conflito por indisponibilidade hídrica, seja causada por eventos naturais,
765 eventos hidrológicos críticos ou pelo uso inadequado dos recursos hídricos ou porções

766 hidrográficas com risco de comprometimento dos sistemas de abastecimento público de
767 água.

768 Qual foi a motivação da publicação da Resolução Sema n.º 044 no período?
769 Então a outorga é um instrumento de gestão em que o poder público consente que
770 pessoas físicas ou jurídicas façam uso da água mediante condições, regras estabelecidas
771 por ele. Então o seu principal objetivo é disciplinar a utilização da água,
772 compatibilizando as demandas à disponibilidade hídrica. Então nas análises dos
773 procedimentos de outorga, principalmente para lançamento de efluentes, cada vez mais
774 estão sendo identificadas porções críticas, áreas críticas com indisponibilidade hídrica
775 em termos de quantidade de água, principalmente para diluição de efluentes.

776 Então, diante da necessidade de tomada de decisões e para viabilizar o uso
777 racional dos recursos hídricos, é que foi emitida a Resolução Sema n.º 044/2018,
778 principalmente para habitação de bacias hidrográficas que não possuem Comitê de
779 Bacias, plano de bacia ou enquadramento aprovados, e bacias hidrográficas que
780 possuem comitê mas que esse não está em funcionamento.

781 Então a Resolução Sema n.º 044/2018, no seu Art. 3º, estabeleceu seis casos para
782 decretar uma porção hidrográfica como crítica. Então são esses os casos: quando a soma
783 das vazões dos usuários já instalados na bacia for superior à vazão máxima outorgável,
784 ou seja, a vazão máxima que está sendo utilizada já está superior ao máximo disponível
785 para o uso; quando houver solicitações de outorgas em rios de classe especial; quando
786 houver risco de comprometimento do sistema de abastecimento público, contaminação
787 de aquíferos; quando houver superexploração, ou seja, quando constatar rebaixamento
788 de aquíferos; e quando houver caracterização de estado de restrição.

789 Então em relação aos Comitês de Bacias. O Estado do Paraná possui dezesseis
790 bacias hidrográficas das quais, em 2006, pelo próprio Conselho Estadual de Recursos
791 Hídricos, as dezesseis bacias foram divididas e agrupadas em doze unidades
792 hidrográficas de gestão visando uma gestão mais eficiente e planejada. E dessas doze
793 unidades hidrográficas de gestão, temos seis comitês com plano em enquadramento
794 aprovados. São esses os comitês. Em verde mais escuro: Litorânea, Coaliar, Tibagi,
795 Norte Pioneiro, Piraponema e o Paraná 3.

796 Vou trazer um pouco sobre o panorama das áreas críticas publicadas até o
797 momento. Então até o momento foram publicadas treze áreas críticas, das quais ali na
798 tabela ao lado consta a quais bacias pertencem. E aqui quero ressaltar que essas treze
799 áreas críticas foram decretadas em função do primeiro caso, que é quando a soma das
800 vazões dos usuários já instalados na bacia está superior ao máximo outorgável, ou seja,
801 ao máximo disponível para o uso.

802 Então temos uma área crítica no município de Campo Mourão, uma no município
803 de Tapejara, nos municípios de Apucarana, Maringá, Marialva e Sarandi, Mandaguari
804 e em Paçandu. Dessas áreas críticas que eu comentei, trouxe uma como exemplo que é
805 a do Ribeirão Pinguim a qual abrange três municípios: Maringá, Marialva e Sarandi.
806 Então esse corpo hídrico, no ponto em que foi decretado como uma área crítica, possui
807 uma área de drenagem de 86.2km² e nesse trecho, nessa porção hidrográfica, estão dez
808 lançamentos de efluentes sanitários e industriais.

809 Outras áreas críticas publicadas ao longo do Estado. Temos uma em Pato Branco,
810 outra no município de Capanema, aqui mais próximo à região de Curitiba no município
811 da Lapa. Na bacia do Rio Piquiri, temos uma área crítica nos municípios de Palotina,
812 Maripá e Assis Chateaubriand, temos outra no município de Cascavel e no município
813 de Palotina e outra novamente no município de Palotina.

814 Eu trouxe outra aqui, como exemplo, a do Rio Azul que está localizada nos
815 municípios de Palotina, Maripá e Assis Chateaubriand. Então a bacia do Rio Azul
816 possui uma área de drenagem de 436km². Foram identificados, no nosso cadastro de
817 uso de recursos hídricos, cento e vinte e três captações superficiais e cinco lançamentos
818 de efluentes. Então no mapa vocês podem observar a quantidade de usuários que foram
819 identificados ao longo da bacia e conforme o tamanho do seu símbolo, quanto maior o
820 seu símbolo, maior é a vazão solicitada, a vazão utilizada.

821 Então essa bacia também foi decretada como crítica em função do primeiro caso,
822 quando a soma dos usuários, das vazões dos usuários já instaladas é superior a vazão
823 máxima disponível. Então, portanto, para viabilizar o uso racional e compatibilizar
824 todos os usuários à demanda de água disponível, foi necessário decretar este corpo
825 hídrico, essa bacia como área crítica. Então diversas ações serão necessárias tanto por
826 parte do Comitê, do Comitê não porque o Comitê ainda não está em funcionamento,

827 tanto por parte dos usuários como por parte do Instituto Água e Terra na adoção de
828 medidas de metas progressivas, no estabelecimento de prazo, na questão da própria
829 fiscalização e notificação de usuários que ainda não estão no cadastro ou que ainda não
830 solicitaram outorga de uso de recursos hídricos.

831 Áreas críticas estão disponíveis no site do Instituto Água e Terra, elas podem ser
832 acessadas na aba gestão das águas, áreas críticas. Segue o link abaixo e ali conta todas
833 as áreas críticas, as treze áreas críticas publicadas até o momento.

834 Bom, eu trouxe então um pouco novamente sobre a Resolução Sema n.º
835 044/2018, um panorama das áreas críticas publicadas até o momento. Se alguém tiver
836 alguma dúvida, alguma pergunta abro a palavra. (Pausa).

837 A Sra. Presidente:- Obrigada, Tiago.

838 O Sr. Moisés Knaut Tokarski (Ocepar):- Tiago, a gente conversou acho que ano
839 passado, presencialmente ainda, e até nessa última bacia que você deu como exemplo a
840 do Rio Azul em Palotina, tem muita captação para piscicultura. Certo? (Assentimento).
841 Em que o uso que é outorgado só serve para enchimento daquele tanque, depois fica lá
842 praticamente todo o ciclo da tilápia, sem ter aquela captação toda, só uma renovação de
843 água ali, mas é um volume bem inferior. Ou seja, na prática não seria toda a captação
844 que está outorgada.

845 A gente até conversou na época se teria alguma forma de medir isso melhor, ter
846 um limite de outorga melhor para ser feito. Não sei se isso já está constado aqui. Como
847 você vê essa parte?

848 O Sr. Tiago Bacovis (IAT):- Então, toda essa parte ainda está em análise de como
849 a gente vai fazer para compatibilizar todo mundo na bacia. Quais regras vão ser
850 estabelecidas? Quais medidas serão adotadas? A questão da própria notificação de
851 usuários também ainda está no começo. Temos também entrado em contato com as
852 prefeituras para nos auxiliar nessa questão, a própria cooperativa também entramos em
853 contato com ela para nos auxiliar em relação aos usuários que ainda não estão
854 cadastrados, porque não adianta a gente compatibilizar todo mundo e daqui um tempo
855 começar entrar novas solicitações. Então a ideia é que a gente faça um melhor apanhado
856 em relação às informações da bacia para a tomada de decisões.

857 O Sr. Moisés Knaut Tokarski (Ocepar):- Está certo. Fico à disposição caso
858 precise entrar contato com mais de uma cooperativa que atua na região, a gente pode
859 fazer essa intermediação também, se for necessário.

860 O Sr. Secretário Executivo:- Por favor, já recebi do pessoal aqui, não esqueçam
861 de dizer o nome e a entidade quando fizer uso da palavra. Obrigado.

862 O Sr. Juliano Bueno Araújo (Arayara):- No Art. 3º, item III – “A exploração dos
863 aquíferos superar as recargas naturais, provocando ‘acentuado’ rebaixamento dos níveis
864 d’água ou interferência entre poços.”

865 Hoje é uma preocupação ‘acentuada’ minha; nossa, enquanto sociedade civil.
866 Quando você coloca provocando ‘acentuado’, significa que o dano, que pode não ser
867 mais remediável e que pode causar danos ao patrimônio privado e à questão ambiental
868 de forma acelerada, é usar o termo acentuado. Nós já tivemos experiências na região
869 metropolitana de Curitiba, aqui em Colombo, com ação civil pública que a Sanepar
870 perdeu, principalmente, causando milhões de prejuízo à população e também aos
871 municípios atingidos de Colombo e Almirante Tamandaré, aonde o acentuado
872 rebaixamento do Aquífero Karst, por exemplo, trouxe danos a centenas de residências,
873 inclusive acelerando a contaminação desse aquífero por nitratos.

874 A exemplo, por exemplo, no Nordeste do Aquífero Açu, onde foi deixado esse
875 acentuado rebaixamento. Houve uma perda para fins de irrigação, para fins de
876 abastecimento público que nunca mais se atingiu os níveis anteriores, quando o
877 rebaixamento passou dos 20%, no caso lá o rebaixamento atingiu a ordem dos seus
878 45%.

879 Então, deixarmos dentro desta recomendação, desta resolução do termo aqui
880 usado que é ‘acentuado’, sem colocarmos parametrização, sem colocarmos percentual,
881 é perigoso! É perigoso. E nesse momento crítico hídrico do nosso Estado, não vejo aí
882 algo adequado. Não sei se cabe algum tipo de mudança, algum tipo de encaminhamento
883 para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a recomendação de que se retire esse
884 termo do Art. 3º ou, então, que se coloque aí os percentuais do que significa acentuado.
885 Acentuado, sob o aspecto da dialética jurídica, é amplo, não está parametrizado e coloca
886 em risco o patrimônio hídrico do nosso do Estado e, por conseguinte, em um futuro o
887 abastecimento da população que precisa da água subterrânea, especialmente de poços

888 ou até mesmo de poços tubulares, que hoje são utilizados em grande escala pela
889 agricultura do Estado do Paraná, e de a gente não ter mais a disponibilidade hídrica.

890 Hoje milhares de agricultores tiveram que rebaixar todo mundo seus poços. As
891 pessoas que usam isso na cidade, especialmente no Centro Oeste, Noroeste e Norte do
892 Paraná, não temos problema. E a gente vai estar transferindo esse problema para a
893 agricultura familiar, para o cidadão comum ou até mesmo para o abastecimento de
894 poços artesianos utilizados hoje por municípios, por escolas e por hospitais.

895 Então, eu queria uma explicação sobre essa questão do ‘acentuado’ e a
896 preocupação disso enquanto Conselheiro. Obrigado.

897 O Sr. Tiago Bacovis (IAT):- Bom, o que foi comentado agora consta na nova
898 minuta de proposta de alteração da Resolução Sema n.º 044/2018. Então, vou passar a
899 palavra para o Bruno para apresentar pra gente um pouco dessa nova proposta dessa
900 minuta de resolução.

901 O Sr. Bruno Otsuka:- Obrigado, Tiago, pelo esclarecimento inicial. O Tiago se
902 dispôs a dar um panorama geral sobre como estão as áreas críticas e o que são as áreas
903 críticas hoje na prática. Então, é importante a gente ter essa visualização do que o setor
904 de outorga está enfrentando hoje e os Comitês de Bacias.

905 Eu tinha previsto fazer um resumo dessa norma, João. Não sei se a gente faz
906 primeiro o relato. Eu, como coordenador da CTIns, posso fazer esse relato que foi
907 solicitado pelos Comitês do Conselho e depois a gente parte para as dúvidas pontuais,
908 como o Juliano acabou de colocar, ou se a gente já vai para as perguntas.

909 O Sr. Secretário Executivo:- É interessante dar um panorama geral dessa norma,
910 porque o Tiago falou da resolução que está posta aí, da Resolução Sema n.º 044. Então
911 é importante dar um panorama geral dessa nova proposição, da revisão dessa resolução,
912 o que motivou isso e quais as proposições que têm que traz para uma inovação em
913 termos de legislação ambiental para a proteção dos nossos recursos hídricos. Depois a
914 gente entra especificamente na questão da minuta mesmo, para ver se tem alguma
915 questão que alguém queira sugerir, discutir ou algo assim.

916 O Sr. Bruno Otsuka:- Então, se me permite, Juliano, vou fazer uma explanação
917 resumida da norma primeiro que foi apresentada, aí a gente abre para questões pontuais.

918 Ok?

919 Bom, só relatando as atividades da CTIns. A câmara técnica é responsável por
920 isso, iniciaram há alguns meses, ainda no final do ano passado, quando estávamos
921 fazendo reuniões presenciais. Então foram quatro reuniões presenciais e aí, depois do
922 início da pandemia, tivemos mais quatro reuniões virtuais. Tiveram uma boa
923 produtividade, acredito que no mínimo ficou com uma produtividade igual as reuniões
924 presenciais. Foi muito boa mesmo, o pessoal gostou. E depois foi para a assessoria
925 jurídica para fazer uma revisão de toda a documentação, também um comparativo com
926 a legislação na área de recursos hídricos vigente, fazer os encaixes e adequações. E aí
927 tivemos mais duas reuniões virtuais junto com a Dra. Cecy pra gente trazer essa norma
928 final aqui ao plenário do Conselho.

929 Então essa norma é urgente pra gente, para a gestão das águas. Justamente por
930 conta dessa questão de escassez hídrica, isso acelerou um pouco a revisão dessa norma.
931 Então é primordial para a gente dar andamento em algumas questões de gestão,
932 principalmente na área de outorga.

933 Então a resolução contou com uma reformulação na sua organização, as questões
934 estavam um pouco misturadas, principalmente dos conceitos do que é área crítica. Então
935 primeiramente a gente trabalhou a questão de reorganizar e deixá-la um pouco mais
936 clara na leitura e também numa ordem cronológica dos fatos que vão ocorrendo dentro
937 desse processo de Declaração de Área Crítica. Na verdade tem todo um procedimento
938 que está posto aqui. Então a gente tomou esse cuidado também.

939 No Art. 2º tem alguns conceitos que foram colocados, aqui foi inserido de fato a
940 locação negociada, que é um processo de negociação entre os usuários dessas áreas
941 críticas, depois de identificado que realmente se trata de uma área crítica pelo órgão
942 gestor. Então está aqui esse conceito importante e o conceito da portaria temporária que
943 no caso de uma portaria que tem esse prazo mais curto, vamos dizer assim, numa
944 situação de escassez hídrica.

945 No Art. 3º a gente tem justamente os conceitos. Quais as situações que a gente
946 pode decretar uma área crítica? Aqui o Juliano já comentou essa situação de exploração
947 de aquíferos, que é o Inciso III, mas isso em outras situações em que pode constatar
948 realmente área crítica.

949 E aqui eu destaco o Inciso IV que foi uma inserção da última resolução, que não
950 havia aqui, que é a possibilidade de constatar uma área crítica por contaminação das
951 águas subterrâneas também Juliano.

952 Então isso aqui não estava com possibilidade e foi trazido até pelo pessoal da
953 outorga, a Gabriela na época nos ajudou, ela já não faz mais parte do corpo técnico do
954 Instituto, mas ela trouxe essa contribuição. É claro que essas questões aqui das situações
955 remetem a outras legislações também que muitas vezes extrapolam a competência do
956 CERH. Aqui a gente identificou essa questão dos aquíferos, principalmente na área de
957 contaminação, que existe um sobreposição entre a competência do Conselho Estadual
958 de Recursos Hídricos e do Cema, que é de gestão ambiental.

959 Aqui ficou acordado entre os membros da CTIns, junto com o pessoal do órgão
960 gestor, que a gente vai trabalhar numa resolução mais específica ainda que vai
961 regulamentar itens aqui dessa resolução que não estão parametrizados, como você
962 colocou. Tem outros itens aqui que a gente poderia citar que precisam de uma métrica,
963 Juliano, realmente e esse que você comentou é um deles. É uma métrica que talvez a
964 gente tenha que fazer um estudo, que talvez não tenhamos essa métrica nesse momento
965 para identificar o que é o acentuado rebaixamento de níveis. A gente precisa fazer um
966 estudo específico para isso. Isso já adiantando um pouco essa questão.

967 Outro destaque que eu coloco no Art. 4º é que na resolução anterior não estava
968 aqui os Comitês de Bacias Hidrográficas inseridos no processo de alocação negociada
969 e no processo de Declaração de Área Crítica. Então a gente identificou. Inclusive o
970 Fórum Paranaense de Comitês de Bacias participou da CTIns através de seus membros,
971 que são membros das diretorias dos próprios Comitês. Então nós inserimos o Comitê
972 de Bacia Hidrográfica nessa discussão, aonde claro tem Comitê em funcionamento, nós
973 temos nove Comitês em funcionamento. Então a gente dá mais transparência e dá mais
974 luz para essa discussão e também traz mais conhecimento e mais participação social
975 para justamente se identificar a situação que se encontra cada uma dessas áreas. Acho
976 que é importante essa inserção aí para publicizar essas questões.

977 No Art. 6º, eu não vou ler todo, mas só um resumo, o Art. 6º traz ali os
978 documentos mínimos, informações mínimas para você declarar uma área crítica. Antes

979 isso estava um pouco misturado. A gente fez um artigo só para isso, informações gerais
980 mínimas, que serve para todas as cinco situações lá do Art. 3º.

981 E a partir do Art. 7º até o 10 temos também documentações mínimas mas
982 específicas para cada um dos casos. Então, por exemplo, se eu estiver trabalhando lá
983 com superexploração de aquífero, tenho alguns estudos e informações mínimas que são
984 necessárias para esse caso e para um outro caso, por exemplo, água superficial não teria.
985 Então fizemos esse detalhamento entre o Art. 7º e o Art. 10, estão organizados dessa
986 forma. E também informações para analisar o que essa possibilidade dá.

987 Essa análise inicial quem faz é o Instituto Água e Terra. Então ali no Art. 4º, os
988 Incisos I, II e III, diz quem são os órgãos que podem iniciar o processo da DAC, mas a
989 condução do processo é através do Instituto Água e Terra que tem a equipe técnica que
990 pode estar resolvendo e analisando esses conflitos de uso.

991 A partir do Art. 11 já traz informações que devem constar no portaria da DAC.
992 Isso aqui também não tinha bem definido. Então trouxemos informações mínimas que
993 têm que constar lá nessa portaria. O pessoal esse ano já está levando em consideração
994 essas informações mínimas em relação a cada uma dessas áreas críticas.

995 O Art. 12 já fala do procedimento de alocação negociada. Então como isso vai
996 tramitar dentro do órgão, como é a participação do Comitê? Claro que a gente não vai
997 jogar a responsabilidade para o Comitê. A gente vai chamá-lo para essas reuniões
998 públicas, vamos dizer assim, reuniões abertas para justamente estar se inteirando e
999 trazendo informações sobre essa área crítica, seja por uma proposta do próprio Comitê
1000 ou seja por outra entidade que talvez proponha essa DAC. Então pode ser os próprios
1001 usuários podem identificar uma situação de dificuldade de disponibilidade da água,
1002 pode ser o Instituto, pode ser o Ministério Público, mas o Comitê sempre vai ser
1003 informado e comunicado automaticamente do processo.

1004 Então aqui do procedimento até o Parágrafo 5º. Aqui depois gostaria de
1005 comentar, Larisseane, só fazer um ajuste porque aí é o 13, pulou o Art. 13 porque ele
1006 tinha virado um parágrafo. Só ajustar a numeração.

1007 Aí o Art. 14 e o Art. 15 praticamente não tiveram alterações.

1008 O Art. 17 a gente publiciza essa coletânea de áreas críticas. Antes não estava
1009 disponível. O Tiago já bem mostrou ali o nosso novo sítio eletrônico do Instituto Água

1010 e Terra, já está disponível a coletânea de portaria da DAC feita pelo Estado do Paraná.
1011 Tem todas as informações lá. A gente vai manter essa comunicação, essa transparência
1012 em relação às áreas críticas.

1013 Bom, de destaques, de principais mudanças acho que seria isso.

1014 Então eu abro a palavra aí para quem quiser fazer algum comentário. Não sei se
1015 já respondi a sua questão, Juliano, sobre essa... Ficou alinhado junto ao órgão gestor e
1016 aos membros que a gente vai trabalhar, não sei se é em forma de resolução do Conselho,
1017 acredito que seja talvez um procedimento até interno do Instituto Água e Terra na
1018 avaliação. Quais são os critérios de avaliação de rebaixamento de aquíferos? Quais são
1019 os critérios de avaliação técnicos de contaminação de aquíferos? Tudo isso demandam
1020 mais estudos que nós não temos no momento para delimitar esses parâmetros, essa
1021 métrica.

1022 Então essa foi a indicação, isso foi levantado e essa foi a indicação que nós
1023 alinhamos lá. Ok?

1024 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Ok. Obrigado pelas considerações e
1025 a explicação, mas continuo fazendo um encaminhamento para este colegiado e na
1026 proposta do Art. 3º, no seu Inciso III, que se retira o termo acentuado. Ele pode ser
1027 casuístico ou perigoso na gestão dos recursos. E no Art. 4º também temos uma proposta
1028 que é incluir aí, depois do Ministério Público, os Conselhos Municipais de Meio
1029 Ambiente. Vamos crer, e isso acontece muito, especialmente na questão dos municípios
1030 e já cumprindo aquela questão de que os municípios hoje fazem a fiscalização na
1031 questão de licenciamento, ele está mais próximo do usuário, está mais próximo da
1032 realidade e há uma condição maior de todos os usuários, seja a agricultura, seja a
1033 indústria, seja a sociedade civil, seja academia, de estar requerendo aí essa Declaração
1034 de Área Crítica, por conhecer melhor o seu território. Então vejo isso como positivo na
1035 gestão.

1036 Essa é a minha proposta de retirada do termo acentuado e da inclusão dos
1037 Conselhos Municipais de Meio Ambiente no seu Art. 4º. Obrigado. E já demonstrando
1038 interesse de participar desse eventual grupo de discussão na questão especialmente de
1039 águas subterrâneas por ser um especialista. Obrigado.

1040 A Sra. (Não se identificou):- Tivemos também a contribuição do Benno,
1041 representante da Emater. Eu vou ler aqui o que ele escreveu: “Minha conexão está
1042 instável, então faço meu comentário por escrito. Em paralelo a questão da restrição de
1043 volumes outorgados, temos que avaliar como efetivamente gerenciar o consumo. Não
1044 vejo hoje como os volumes outorgados são efetivamente checados. Se não houver meios
1045 diretos ou indiretos de medição de volumes captados, a restrição pode correr o risco de
1046 ser inócua. Como exemplo para atividade de irrigação, a nova resolução da Sedest já
1047 prevê a instalação de sistemas de medição do volume utilizado.”

1048 A Sra. Presidente:- Temos mais alguma consideração a ser feita a respeito desse
1049 tema? Não tendo então nenhuma consideração, coloco agora em votação. Só vou pedir,
1050 Bruno, você que está compartilhando a tela, para acessar o compartilhamento para eu
1051 poder ver todo mundo, senão eu não consigo. Obrigada. Então em votação. Os
1052 favoráveis à proposta de revisão da Resolução Sema... Pois não.

1053 O Sr. Antônio Ricardo Lorezon (SEAB):- Acho que tem duas propostas que eu
1054 acho que tem votar o destaque, que é o pedido para retirar o termo significativo e para
1055 incluir, então eu acho que tem que ter votação separada disso. Obrigado.

1056 A Sra. Presidente:- Eu que agradeço, Lorezon. Tem razão.

1057 Então, em um primeiro momento, vamos votar a proposta do Juliano para retirar
1058 o acentuado e no Art. 4º incluir o Conselho. Primeiro então vamos votar a retirada do
1059 termo acentuado. Os que são favoráveis à retirada do termo, permaneçam como estão,
1060 os contrários, por favor, manifestem-se erguendo a mão.

1061 O Sr. Antônio Ricardo Lorezon (SEAB):- Dá licença. Desculpa. É só uma
1062 questão que talvez na hora que isso tenha sido escrito, existe algum complicador na
1063 questão... porque simplesmente baixar o nível, qualquer utilização da água vai baixar o
1064 nível, sabe? Então, apesar de não estar parametrizado, tem que ter alguma coisa que é
1065 uma exploração, que há um excedente ali, não simples... Então talvez coubesse, não sei
1066 se é o Bruno, não sei quem que participou disso, esclarecer essa questão aí que falta
1067 subsídio para a gente votar, eu acho.

1068 A Sra. Presidente:- Bruno, por favor, você pode esclarecer?

1069 O Sr. Bruno Otsuka:- Sim. Realmente se apenas suprimir, Juliano, essa palavra
1070 vai ficar... Eu vou ler: “A exploração dos aquíferos, superar as recargas naturais

1071 provocando rebaixamento dos níveis d'água." Qualquer utilização vai rebaixar os níveis
1072 d'água. Ele é flexível, está em constante movimentação. A questão é essa métrica que
1073 nós ainda não temos. O que seria? Seria uma porcentagem? Porque depende muito
1074 também da condição natural de cada aquífero. Cada aquífero tem um comportamento
1075 de nível de água diferente do outro. Então talvez substituir por alguma outra palavra.

1076 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Obrigado, Bruno e Lorenzon. Foi uma
1077 boa colocação. De fato, o regime dos aquíferos tem a questão da recarga. Quando a
1078 gente fala de acentuado é porque ultrapassa 20% ou 25%. Em geral os estados, as
1079 unidades da federação usam que rebaixou de 20%, 25%, isso já fica acentuado. Vou dar
1080 um exemplo para vocês.

1081 A região de Toledo hoje é um grande usuário de água subterrânea para várias
1082 finalidades e mantém-se nessa faixa. Você não tem aí o Aquífero Serra Geral ou a
1083 classificação do Guarani naquilo que é utilizado, rebaixado abaixo disso. Outros
1084 estados, especialmente Nordeste, que permitiram o rebaixamento abaixo desses 25%,
1085 em muitos casos esses aquíferos não se recuperaram, e a atividade agrícola, a atividade
1086 de fornecimento de água para a população ficou prejudicada por muitos anos.

1087 Então refaço a minha proposta de colocarmos esse acentuado, talvez colocar uma
1088 alínea, alguma coisa, que não ultrapasse esses 25%, porque os estudos que já foram
1089 publicados já em entendimento da ANA e da Academia de que até este nível de 25%
1090 significa uma recarga flutuante, conforme o Bruno colocou. Isso é comum, é tranquilo
1091 e é um percentual que a gente possa trabalhar sem prejuízo para nenhum setor da
1092 economia do Estado e, em especial, à questão ambiental e à população.

1093 Essas são as minhas considerações então de a gente colocar pelo menos esses
1094 25%, até que os estudos desse grupo de trabalho e da Secretaria possa avançar em outras
1095 considerações técnicas, mas isso nos traria segurança na aprovação deste item.
1096 Obrigado.

1097 A Sra. Presidente:- Obrigada, Juliano. Lorezon, você acha que assim fica bom?

1098 O Sr. Pedro Luís Prado Franco (ABES):- Eu tenho uma consideração. Veja bem,
1099 a gente tem que estabelecer o papel da câmara técnica. O Bruno é coordenador da
1100 câmara técnica talvez possa colocar. A câmara técnica reúne o pessoal com expertise
1101 exatamente para fazer uma proposta. É a segunda vez que vem para o Conselho e o

1102 Conselho pede para ter revisões novamente, pelo menos na última deliberação. O
1103 Conselho não tem essa atribuição de modificar essa resolução, tem que voltar para a
1104 câmara técnica para apreciar. Com todo o respeito ao Juliano, 25% para você estabelecer
1105 com um rebaixamento base para qualquer tipo de aquífero, não sei que base da literatura,
1106 talvez no Nordeste. Eu acho um pouco temerário você colocar nesse sentido.

1107 Então o que eu proponho é que a gente aprove como está e recomende para que
1108 o Instituto Águas do Paraná regulamente essa questão aí ou se complemente que tenha
1109 um estudo específico para se definir esse nível de rebaixamento. Eu acho que uma régua
1110 de 25% genérica para qualquer condição, eu também acho temerário.

1111 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Qualquer situação vai ser temerária.
1112 Mais temerário é a gente considerar o termo aplicado na proposta do grupo que é o
1113 acentuado. Isso é mais temerário do que nós parametrizarmos em 25%. A literatura
1114 acadêmica e aquilo que se aplica dentro da ANA, dentro do Comitê de Águas
1115 Subterrâneas, já tem resoluções e propostas no sentido do que significa rebaixamento
1116 acentuado e de risco em relação ao aquífero. A gente tem que lembrar que existem
1117 poucos estudos da academia sobre os aquíferos que abastecem o Estado do Paraná. Nós
1118 não temos dados técnicos suficientes no nosso Estado para aplicarmos essa regra.

1119 Então se o Conselho simplesmente, aproveitando a proposta do Conselheiro,
1120 aprovar do jeito que está, colocaríamos em risco o abastecimento público e a condição
1121 do uso desses aquíferos para uso como, por exemplo, da agricultura e outros. Então esse
1122 é o risco. Se aprovarmos do jeito que está estamos assumindo esse risco.

1123 Eu voto contrário daí a esse item. A gente não pode colocar toda a resolução em
1124 votação, se a gente já sabe a premissa de que há um problema nesse artigo que pode
1125 trazer prejuízos à agricultura, ao abastecimento público. Seria de alto risco.

1126 O Sr. Pedro Luís Prado Franco (ABES):- A minha proposta, só complementando.
1127 Acho temerário você passar uma régua geral para aplicação de cada aquífero. A
1128 proposta do Conselho é que o próprio Instituto Água e Terra regulamente, diga, estude
1129 e aí coloque as condicionantes do que é para esse estabelecimento, porque senão a gente
1130 vai voltar para a câmara técnica novamente e essa resolução não vai ser aprovada.

1131 O Sr. Bruno Otsuka:- Eu gostaria de fazer meus comentários aqui, se me permite,
1132 Juliano. Realmente essa foi uma dificuldade que os próprios membros da câmara técnica

1133 identificaram em estabelecer a métrica. Acredito que 25% em alguma situação pode ser
1134 verdadeira e em outra pode ser diferente, dependendo das condições naturais.

1135 Então fica difícil a gente aqui na plenária, e também não vai adiantar voltar para
1136 a câmara técnica nesse momento sem estudos mais aprofundados. Então foi essa
1137 indicação dos membros. Até tem alguns membros presentes aqui, se quiserem também
1138 dar o seu parecer, mas essa foi a indicação, nessa questão e também na questão da
1139 contaminação de água subterrânea que extrapola um pouco a competência e sobrepõe a
1140 competência do Cema.

1141 A questão aqui também do Inciso III, só colocar para os Conselheiros, isso aqui
1142 já estava na Resolução Sema n.º 044. Então isso aqui é uma possibilidade de instituímos
1143 aquela área, aquela porção hidrográfica como uma área crítica. É uma identificação. A
1144 gente não vai alterar o regime de consumo, a princípio, até que se identifique uma
1145 situação diferenciada, vamos dizer assim, acima do normal. Essa régua, justamente a
1146 gente vai precisar fazer estudos mais aprofundados para cada um dos aquíferos
1147 existentes, porque a gente vai ter essas diferenças por região. Então, como o Pedro
1148 colocou, acredito que não vai adiantar a gente voltar para a câmara técnica para discutir
1149 esse item, se ele já foi exaurido nesse sentido.

1150 O Sr. Antônio Ricardo Lorezon (SEAB):- A gente tem um problema que já foi
1151 levantado em várias outras reuniões, especialmente na passada, que é a atuação da
1152 câmara técnica. A câmara técnica tem que dar subsídios para que o plenário delibere.
1153 Existe um entendimento equivocado de deliberações nas câmaras técnicas. Câmara
1154 técnica tem que dar argumento para o plenário deliberar. Aí vem um produto pronto,
1155 sem especificações ou questão a, b ou c para o plenário julgar. Fica quase impossível
1156 deliberar por falta de um relatório, por falta de argumentações. Eu acho que a gente
1157 precisava rever a maneira de atuar das câmaras técnicas. Obrigado.

1158 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Sra. Presidente, vamos lá, não
1159 querendo mais me delongar, até porque tive que colocar o oxigênio. Para quem não sabe
1160 ainda estou com a Covid em tratamento, mas me senti muito convidado a participar
1161 dessa reunião de hoje. Fazendo as considerações de todas as falas de todos os
1162 Conselheiros, acho que poderíamos, se possível, e aí cabe sim a esta assembleia
1163 deliberar, podemos alterar qualquer tipo de proposta de resolução desde que o regimento

1164 do Conselho nos permita. Se colocarmos um inciso, tira-se o termo acentuado e coloca-
1165 se que haverá uma resolução ou uma norma da Secretaria em relação a carga dos
1166 aquíferos e os usos dos seus percentuais. Ficaria aí resolvido aquilo que o Bruno muito
1167 bem colocou, aquilo que já foi discutido pelo grupo de trabalho, as colocações do
1168 Lorenzon e dos demais. Eu vejo assim que o interesse de todos os Conselheiros seria
1169 atendido e podemos aí avançar na aprovação dessa resolução. Essa é a minha proposta,
1170 senhora Presidente. Obrigado.

1171 A Sra. Presidente:- Ok., Juliano. Obrigada. Então podemos avançar assim? Os
1172 senhores Conselheiros que se manifestaram estão de acordo?

1173 A Sra. Ingrid Illich Muller (ABRH):- Senhora Presidente, poderia fazer um
1174 comentário?

1175 A Sra. Presidente:- Por favor.

1176 A Sra. Ingrid Illich Muller (ABRH):- Meu nome é Ingrid, sou da Associação
1177 Brasileira de Recursos Hídricos, eu sou a segunda suplente, temos a ABES, a ABAS e
1178 a ABRH Hidro e a segunda suplente nesse momento no Conselho. Eu só queria fazer
1179 um comentário em relação a essa discussão sobre o termo acentuado. Com todo respeito
1180 a todos os comentários que foram feitos, queria lembrar que em outra parte dessa
1181 resolução está bem definido que, para ser decretado uma área crítica, vários estudos vão
1182 ser feitos. Então, na realidade, naquele momento para aquela situação, o estudo vai
1183 indicar se é 25, sei lá quais são as outras porcentagens aí, mas, enfim, não me parece
1184 adequado, numa resolução geral que dizem em outros artigos que para ser decretada
1185 uma área crítica você vai exigir vários estudos. E nesses estudos, provavelmente, vai
1186 ser pedido o grau de exploração que está sendo feito, a gente definir um valor genérico,
1187 um valor único numa resolução, sendo que a própria resolução que estamos aprovando
1188 em outro momento diz que vão ser necessários vários estudos.

1189 Então na realidade não é para polemizar, eu tenho ouvido todas as discussões e
1190 participei no início, antes da pandemia, até por ser grupo de risco não participei mais
1191 intensamente como deveria nesse momento, mas gostaria de deixar minha opinião que
1192 achava que não precisava ser retirado o termo, até porque, como o Bruno explicou, vão
1193 ser feitos estudos posteriores e a própria resolução diz que a decretação da área crítica
1194 vai depender de vários estudos, inclusive provavelmente essa do grau de exploração.

1195 Desculpe a interrupção. Obrigada.

1196 A Sra. Presidente:- Imagina, não há o que se desculpar. Mas acho que o Juliano
1197 retirou, então acho que esta discussão está vencida.

1198 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Sim, eu retirei. E fiz a proposta unindo
1199 a fala de todos os Conselheiros e se colocaria abaixo do Inciso III esse parágrafo de que
1200 haverá sim a publicação da norma em relação a carga e recarga. Vamos lembrar aos
1201 senhores Conselheiros, estamos numa crise hídrica, numa crise climática onde todo o
1202 Estado passa, infelizmente todos os estudos já publicados pela Academia Paranaense
1203 de Recarga hoje não nos servem porque nós não tínhamos mudanças climáticas dentro
1204 desse ambiente de recarga da qual hoje está deficitária.

1205 Então esse é um cuidado maior e atende as prerrogativas daquilo que todos os
1206 Conselheiros colocaram. Essa é a nossa proposta, Sra. Presidente. Obrigado.

1207 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. Goes (Sedest):- Com licença. Posso dar uma
1208 sugestão?

1209 A Sra. Presidente:- Por favor, Cecy.

1210 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. Goes (Sedest):- Eu não sou técnica, mas se
1211 deixasse como está o Inciso III e pusesse uma vírgula depois e colocasse assim: “A ser
1212 estabelecido caso a caso”. Aí já remete um estudo caso a caso.

1213 O Sr. Bruno Otsuka:- Gostaria de complementar também. O que a Ingrid
1214 levantou foi importantíssimo, Ingrid, sim. Como comentei no resumo que eu fiz da
1215 norma entre o Art. 7º e Art. 10, a gente coloca o procedimento de análise dos
1216 requerimentos da DAC. E se vocês verificarem no Art. 8º fala justamente da
1217 superexploração. Então ali já tem realmente uma avaliação técnica pelo órgão gestor
1218 naquele caso. É claro que os usuários que estão lá na bacia vão ter que trazer
1219 informações técnicas. Vou listar o que tem aqui, Juliano, de informação para avaliação
1220 de caso a caso. Quais são as unidades aquíferas, cursos d'água e poços, quais são os
1221 dados hidrológicos de referência, os dados de automonitoramento, regime de
1222 bombeamento, vazão e nível d'água, dados de poços de monitoramento de água
1223 subterrânea, a estimativa de recarga e execução de testes de produção simultânea,
1224 quando necessário. Então, realmente o pessoal colocou no Art. 8º essas informações

1225 para avaliação. Eu acredito que tendo todas aquelas informações é possível fazer uma
1226 análise técnica daquele caso específico.

1227 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. Goes (Sedest):- Também o que poderia fazer é
1228 fazer referência naquele Inciso III a esse Art. 8º, considerando os critérios estabelecidos
1229 no Art. 8º ou alguma coisa assim. Ele faz a ligação. Mas não é necessário. Acho que
1230 como falou o Juliano deu para entender que faz a ligação, que você não vai ver o Inciso
1231 III do Art. 3º sem olhar o Art. 8º.

1232 O Sr. Bruno Otsuka:- Exatamente. O procedimento da DAC vai ter que
1233 obrigatoriamente passar por aquilo ali que está no Artigo 8º. Acho que é até bem mais
1234 válido você verificar o caso concreto com aquelas análises, caso tiver, do que olhar
1235 talvez um estudo pelo aquífero. Seria um pouco mais abrangente. Tem essa questão
1236 também.

1237 A Sra. Presidente:- Ok. Então acho que essa questão em relação ao Art. 3º está
1238 vencida. Quanto ao Art. 4º, item IV, incluir Conselhos Municipais de Meio Ambiente,
1239 é uma sugestão também do Juliano. Precisamos votar se teremos a inclusão ou não antes
1240 de votarmos a proposta da minuta. Os que são favoráveis à inclusão dos Conselhos
1241 Municipais de Meio Ambiente no item IV, por favor, permaneçam como estão, os
1242 contrários se manifestem, levantando a mão. Estão todos favoráveis. Por favor, então
1243 equipe técnica anote que vamos incluir os Conselhos Municipais de Meio Ambiente no
1244 item IV.

1245 Tendo vencidas as sugestões, coloco em votação geral a minuta de...

1246 O Sr. Secretário Executivo:- Para não perdermos esse item, quando fizermos a
1247 minuta final, fizermos a versão final, não esquecermos nada, não passar nada, então
1248 ficou essa proposição da Cecy, com aquela vírgula e a continuidade que depois ela pode
1249 passar a redação para nós. Ok? É isso mesmo?

1250 A Sra. Presidente:- Isso mesmo, João.

1251 O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado.

1252 A Sra. Presidente:- Só preciso que quem estiver compartilhando a tela, por favor,
1253 suspenda para eu poder enxergar.

1254 Então, coloco agora em votação a minuta da proposta da Resolução Sema n.º
1255 044/2018 na íntegra. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários, por favor,

1256 manifestem-se. (Pausa). Não havendo nenhuma manifestação, APROVADA por
1257 unanimidade. Agradeço a todos.

1258 Passamos para o próximo item da pauta, que é outros assuntos. O primeiro item
1259 de outros assuntos é o questionamento que deveremos realizar uma reunião
1260 extraordinária no mês de novembro. João, você quer falar a respeito disso?

1261 O Sr. Secretário Executivo:- Eu gostaria sim, Fabiana. Temos uma pauta bastante
1262 ampla, até inclusive se a gente fosse fazer toda a pauta que temos, as questões pendentes
1263 para essa reunião, íamos ficar um grande tempo para a gente dar conta. E realmente
1264 ficaria muito cansativo, a gente poderia ter perda de qualidade no que a gente delibera.

1265 O que nós temos? Temos o Regimento Interno que foi terminado, já teve parecer
1266 jurídico, já foi debatido, então temos a pauta para discussão do regimento interno,
1267 porque ele ficou bastante robusto e bem detalhado, um bom regimento interno no meu
1268 entender; temos as questões dos Comitês de Bacias, da aprovação dos enquadramentos
1269 de bacias, o Piraponema e talvez mais uma ainda. Então a minha sugestão era fazer mais
1270 uma reunião ordinária esse ano ainda em novembro, talvez seria uma boa época. Seria
1271 a proposição da Secretaria Executiva para a gente tentar vencer a pauta que temos
1272 represadas na Secretaria Executiva.

1273 A Sra. Presidente:- Perfeito. Você já quer fazer uma proposição de data para a
1274 reunião de novembro ou você encaminha na sequência por e-mail.

1275 O Sr. Secretário Executivo:- Eu encaminho porque tenho que ver a agenda do
1276 Secretário, enfim, a agenda do nosso Presidente que não está hoje aqui, mas está sendo
1277 bem substituído por você, Fabiana. Obrigado.

1278 A Sra. Presidente:- De nada. Eu até recomendo que seja então na segunda
1279 quinzena de novembro, porque a primeira quinzena nós temos as eleições, no dia 15 de
1280 novembro, e até lá fica um tanto quanto tumultuado. Então que a gente possa
1281 efetivamente marcar a reunião depois do dia 15 de novembro.

1282 E agora a gente passa então para a Tribuna Livre. Os inscritos que possam se
1283 manifestar. Eu me lembro de ter visto apenas o Juliano, não sei se mais alguém se
1284 inscreveu, mas podemos começar pelo Juliano e depois a gente vai passando. A
1285 Larisseane ou o João, pode me informar se temos mais algum inscrito. Então, Juliano,
1286 por favor, você tem cinco minutos.

1287 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Ok. Obrigado, Sra. Presidente. A
1288 sociedade civil do Paraná, as ONGs, tem recebido uma contingência da sociedade em
1289 relação à revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos e de um plano novo sobre os
1290 riscos hídricos das diversas regiões. Óbvio, muito disso já está encaminhado. Mas o que
1291 a sociedade pede, e daí é uma questão de encaminhamento desse Conselho para os
1292 órgãos competentes, é a realização de um estudo e de um plano de ação corretiva,
1293 especialmente na questão da região metropolitana de Curitiba.

1294 A gente tem recebido aí centenas de e-mails, de pessoas preocupadas com o
1295 abastecimento público, com o fato de que a Sanepar não levou a curso a questão do
1296 Miringuava e, portanto, falhou na questão do atendimento do abastecimento de Curitiba
1297 e da região metropolitana para as três milhões e duzentas mil pessoas. Então o que o
1298 agente deixou de cumprir, o que nós, enquanto Conselheiros e esse Conselho, podemos
1299 fazer para mitigar essa questão que atinge tantos cidadãos.

1300 Essa é uma questão de discussão, talvez a abertura aí, Sra. Presidente e senhores
1301 Conselheiros, de um grupo de trabalho especial para atender a questão do regime de
1302 Curitiba. A gente está muito preocupado com apenas o uso político de candidatos à
1303 Prefeitura Municipal de Curitiba, que só querem explorar essa temática sem de fato
1304 oferecer resoluções, e isso também para esse momento eleitoral da região metropolitana
1305 de Curitiba. Não há como tratar o assunto hídrico da capital sem termos um
1306 entendimento mais ampliado e termos aquilo que faltou, que é a ação preventiva, haja
1307 vista que já se havia estudos que iria faltar água na torneira do cidadão.

1308 A Sanepar já sabia, não fez os devidos investimentos no tempo e isso pode se
1309 asseverar, caso as mudanças climáticas aí se asseverem. Então a gente tem sido cobrado
1310 de darmos a nossa opinião e desse Conselho agir no seu papel maior que é fiscalizar,
1311 fiscalizar os licenciamentos, fiscalizar os termos de acordo que foram realizados por
1312 diversos municípios junto à Sanepar que não vem cumprindo adequadamente o seu
1313 plano de investimento prevendo, obviamente, essa situação climática mais acelerada.

1314 Por último há uma reclamação específica de encaminhamento de denúncias do
1315 município de Almirante Tamandaré, especialmente no bairro considerado São João e
1316 Tanguá, aonde há a abertura de uma série de novos condomínios residenciais em área

1317 rural. E esses condomínios foram licenciados pelo órgão público sem que haja rede de
1318 esgoto ou estação de tratamento de efluentes.

1319 Para vocês terem uma ideia, estamos falando aí de condomínios, como exemplo,
1320 o Condomínio Campos do Jordão, situado no bairro Tanguá, de Almirante Tamandaré,
1321 a apenas quinhentos metros do bairro São João da cidade de Curitiba. Então, a
1322 quinhentos metros, o município de Curitiba fez uma série de licenciamentos exigindo a
1323 instalação de estações de tratamento de efluentes para que o Aquífero Karst e as mais
1324 de centenas de propriedades rurais que utilizam a água subterrânea, sejam de poços
1325 tubulares ou de poços artesianos para fins de irrigação, que não haja essa carga
1326 poluidora.

1327 Recentemente foi, então, licenciado a abertura desse condomínio para mais de
1328 cem residências sem constar esgoto público, no caso aí a Sanepar fazendo a coleta e o
1329 tratamento desse esgoto, e sem exigir que haja implantação de estações de tratamento
1330 de efluentes. Nós recebemos uma reclamação de cento e vinte e quatro agricultores
1331 familiares e também de uma ONG desse município, falando de que o órgão vem
1332 licenciando, no caso a Prefeitura Municipal Almirante Tamandaré, negando essa
1333 informação para o órgão estadual. E essa população, mesmo fazendo uma série de
1334 encaminhamentos de denúncias, não vem sendo atendida e esse condomínio e outros
1335 que vêm sendo instalados nesse bairro, todos eram licenciados sem a exigência de
1336 estações de tratamento de efluentes, sem que haja a coleta e o saneamento disso, apenas
1337 fazendo uso de fossas sépticas.

1338 Para vocês terem uma ideia, a gente fez um estudo, são mais de três mil terrenos
1339 hoje à venda. Se essas três mil unidades forem implementadas com fossas sépticas com
1340 certeza a questão hídrica e a captação desses poços tubulares, que hoje são utilizados
1341 por essas centenas de cidadãos, vão ser prejudicadas. Então a gente faz um
1342 encaminhamento e o pedido de que haja uma fiscalização e caso haja algum
1343 descumprimento legal desses licenciamentos, que se exija, no mínimo, a instalação de
1344 estações de tratamento de efluentes nesses condomínios que foram licenciados.

1345 Era o que temos por hoje. Meu muito obrigado a todos os Conselheiros.
1346 Obrigado.

1347 A Sra. Presidente:- Obrigada, Juliano, pela manifestação.

1348 O Sr. Júlio César Gonchoroski (Sanepar):- Eu gostaria de me manifestar.
1349 (Assentimento). Primeiro em relação ao Conselheiro Juliano. Acho que a Sanepar está
1350 extremamente disposta a participar de todo o engajamento e todo o esforço que haja
1351 para que a gente tenha mais segurança hídrica, mais conservação e tenha
1352 verdadeiramente estratégias para enfrentar as mudanças climáticas que evidentemente
1353 estão às nossas portas. Não é tão simples. Temos que mudar coisas estruturais como,
1354 por exemplo, não é apenas a Sanepar que deve fazer esse foco de discussão. A Sanepar
1355 é uma das interessadas nisso. Temos que discutir com a Agência Reguladora do Estado
1356 que a conservação dos mananciais faça parte da tarifa, por exemplo, do cálculo da tarifa.
1357 E aí isso custa para toda a população, mas a população tem que ter essa discussão.

1358 E só esclarecendo ao Conselheiro que é algo que a gente ouve na mídia, mas na
1359 mídia a gente entende, e também ouve em sites politiqueiros, sobre a história que acaba
1360 se tornando verdade sobre o Miringuava. Técnicos da Sanepar bastantes capacitados
1361 fizeram estudos que com o Miringuava ou sem o Miringuava pronto, a crise hídrica, a
1362 crise de abastecimento, a necessidade de rodízio aconteceria. Seria menos intenso, mas
1363 o Miringuava não faria diferença que parece que faria.

1364 De qualquer maneira, os esforços para conservação e trabalho contínuo de
1365 minimizar os efeitos da mudança climática, concordo que são urgentes e a Sanepar está
1366 disposta a participar da melhor maneira possível. Obrigado.

1367 A Sra. Presidente:- Obrigada, Júlio, pelas considerações. Mais alguém tem
1368 alguma consideração para fazer? Como ninguém mais quer fazer nenhuma
1369 consideração, o João Batista vai alinhar a agenda do Secretário Márcio para a próxima
1370 reunião no mês de novembro, para que a gente possa vencer os itens de pauta que estão
1371 pendentes.

1372 Eu, mais uma vez, agradeço a todas e todos pela participação efetiva que é muito
1373 importante a gente ter esse espaço para falar das temáticas que dizem respeito aos
1374 recursos hídricos do Estado do Paraná. A gente na sequência envia para vocês também,
1375 antes da reunião, a ata para vocês verificarem que está tudo certo e qualquer emergência,
1376 por favor, vocês entrem em contato.

1377 Agradeço mais uma vez e uma ótima tarde a todas e todos.

1378 O Sr. Secretário Executivo:- Um abraço, Fabiana. Obrigado pela condução e
1379 vamos nos organizar para a próxima reunião. Um grande abraço a todos, o meu muito
1380 obrigado pela presença e participação.

1381 A Sra. Presidente:- Obrigada, João. Tchau tchau.